

2020



*Série especial de
webinários internacionais*

TRILHAS DA LONGEVIDADE

DESAFIOS DIANTE DA PANDEMIA

Realização:



Alexandre Kalache



inteligência
educacional

Série especial de webinários internacionais

**Trilhas da Longevidade:
desafios diante da pandemia**

Julho / 2020

Expediente

Autor

Alexandre Kalache

Editora

Cristina Xavier de Almeida

Diretora Editorial

Millena Araújo

Diretora de Produção e Desenvolvimento de Conteúdos

Aline Souza Araújo

Colaboradores

Ana Maria Rodrigues

Organização dos Estados Ibero-Americanos

Centro Internacional de Longevidade

Projeto gráfico

Bruno Cabral

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Kalache, Alexandre
Trilhas da longevidade [livro eletrônico] :
desafios diante da pandemia / Alexandre Kalache. --
Goiânia, GO : Inteligência Educacional, 2020. --
(Série especial de webinários internacionais)
PDF

ISBN 978-65-88425-15-2

1. Coronavírus (COVID-19) - Pandemia
2. Coronavírus (COVID-19) - Prevenção 3. Idosos -
Condições sociais 4. Longevidade 5. Mulheres -
Condições sociais 6. Políticas públicas 7. Saúde
pública I. Título. II. Série.

20-47205

CDD-305.26

Índices para catálogo sistemático:

1. Longevidade : Terceira idade : Aspectos sociais :
Sociologia 305.26

Cibele Maria Dias - Bibliotecária - CRB-8/9427

© COPYRIGHT
2020

Inteligência
Educativa.

Todos os direitos
desta edição
estão reservados
à Inteligência
Educativa.
Nenhuma parte
deste livro pode
ser utilizada ou
reproduzida sem
autorização por
escrito da empresa.

www.inteligenciaedu.com.br



contato@inteligenciaedu.com.br



[inteligenciaedu](https://www.instagram.com/inteligenciaedu)

Programação



PRIMEIRO ENCONTRO

Casos de Espanha, Portugal,
Argentina, Uruguai e México

Boas-vindas do diretor e representante da OEI no Brasil,
Raphael Callou

Abertura com o moderador professor **Alexandre Kalache**,
diretor do ILC no Brasil

Exposição sobre Espanha, **Mayte Sancho**,
(ex-Imserso) e Fundación Matia

Exposição sobre Portugal, **João Sequeira Carlos**,
Universidade Nova de Lisboa

Exposição sobre Argentina, **Mónica Roqué**, presidente
da Federação Latino Americana de Gerontologia Social

Exposição sobre Uruguai, **Adriana Rovira**,
Ministerio de Desarrollo Social, Republica de Uruguay

Exposição sobre México, **Verónica Montes de Oca**, Universidad
Autonoma de Mexico

Perguntas e respostas - *Kick off*, **Bruno Assami**,
Unibes Cultural, São Paulo

Fechamento com *keynote speaker*,
Geraldo Alckmin, ex-governador de São Paulo

Comentários finais do moderador e curador do
webinário professor **Alexandre Kalache**, diretor do ILC

Encerramento

Programação



SEGUNDO ENCONTRO

Brasil na pandemia: São Paulo,
Rio de Janeiro e Nordeste

Boas-vindas do diretor e representante da OEI no Brasil,

Raphael Callou

Palavras iniciais do **Sandro Resende**, diretor da Inteligência Educacional e autor de publicação sobre o tema

Abertura com o moderador professor **Alexandre Kalache**, diretor do ILC no Brasil

Exposição sobre São Paulo, **Marília Louvison**, FSP-USP

Exposição sobre Rio de Janeiro, **Eberhart Portocarrero-Gross**, médico da Família e da Comunidade, Rocinha (Rio de Janeiro, RJ)

Exposição sobre o Nordeste, **Kênio Lima**, UFRN.
Temas transversais

- Raça/etnia – Professor **Alexandre da Silva**, FSP-USP
- Gênero – Dra. **Marília Berzins**, Observatório da Longevidade
- O idoso institucionalizado – Professora **Karla Giacomini**, Belo Horizonte

Perguntas e respostas - *Kick off*, **Daniel Azevedo**, presidente da Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia, seção Rio de Janeiro

Comentários finais do curador e moderador professor **Alexandre Kalache**, diretor do ILC-Brasil

Encerramento



TERCEIRO ENCONTRO

O que aprendemos com a pandemia

Boas-vindas do diretor e representante da OEI no Brasil,

Raphael Callou

Abertura com o secretário-geral da OEI,

Mariano Jabonero

Abertura com o moderador professor

Alexandre Kalache, diretor do ILC no Brasil

Exposição do *keynote speaker*, **José Manoel Barroso**

Exposição dos panelistas moderada pelo professor **Kalache**:

- **Pilar Rodríguez**, ex-diretora do Imserso, Espanha, atualmente é a CEO de uma ONG voltada para a questão de cuidados comunitários

- **José Ricardo Jauregui**, presidente eleito da Associação Internacional de Gerontologia e Geriatria - Buenos Aires

- **Rosita Kornfeld**, relatora das Nações Unidas para Direitos das Pessoas Idosas e professora de Gerontologia da PUC-Santiago

Keynote de encerramento - ex-presidente **José Mujica**, Uruguai

Comentários finais dos representantes anfitriões e do curador moderador

Encerramento

Agradecimentos

Os organizadores da série especial de webinários Trilhas da Longevidade: desafios diante da pandemia agradecem aos colaboradores:

Organização dos Estados Ibero-americanos (OEI)

Allan Torres

Fabio Cabral

Floriano Pesaro

Hercules Barros

Sandra Sérgio

Telma Teixeira

Centro Internacional da Longevidade (ILC)

Alexandre Kalache

Elisa Monteiro

Unibes Cultural

Bruno Assami

Inteligência Educacional

Aline Araújo

Cristina Xavier de Almeida

João Unes

Sandro Resende

Weslley Aires

Sumário

10 - Prefácio - Organização dos Estados Ibero-americanos (OEI)

11 - Prefácio - Centro Internacional da Longevidade (ILC)

13 - Prefácio - Inteligência Educacional

Capítulo 1 | PRIMEIRO ENCONTRO

16 - Abertura

18 - A experiência da Espanha ante a covid-19

20 - Panorama e intervenções no cuidado aos idosos em Portugal

22 - Ações de controle da covid-19 na Argentina

24 - Dimensões políticas e demográficas do “sucesso” do Uruguai contra a covid-19

26 - Covid-19 e os desafios do sistema de saúde do México

28 - Por uma agenda mundial de proteção ao estado de longevidade

29 - Considerações finais: Covid-19 no Brasil - peculiaridades e aprendizados

31 - Encerramento

Capítulo 2 | SEGUNDO ENCONTRO

35 - Abertura

36 - Lançamento da coletânea Trilhas da Longevidade

38 - Políticas públicas e envelhecimento: respostas à pandemia da covid-19 em São Paulo

40 - As respostas da cidade do Rio de Janeiro à covid-19

42 - A pandemia da covid-19 no Nordeste brasileiro

44 - Aspectos étnico-raciais da pandemia da covid-19

46 - Pandemia e a sobrecarga na rotina das mulheres

48 - Panorama dos cuidados de idosos em instituições de longa permanência

50 - Considerações finais: Covid-19 e o alerta contra a negligência à pessoa idosa

52 - Encerramento

Capítulo 3 | TERCEIRO ENCONTRO

57 - Abertura

58 - Covid-19 e as fragilidades estruturais de uma “normalidade” excludente

60 - Lições da covid-19: uma revisão dos modos de viver

62 - A indispensável mudança do paradigma de proteção social da pessoa idosa

64 - Pandemia e as faces da intolerância

66 - Transformações conjunturais para o mundo envelhecido

68 - Considerações finais: Sobre a necessidade de humanização da longevidade

69 - Encerramento

Discutir a melhoria de qualidade de vida da população idosa é uma necessidade urgente para que as políticas públicas sejam direcionadas corretamente, na perspectiva da assistência nas áreas da saúde e previdência, com a devida atenção social para os mais velhos. Foi pensando em contribuir com essa perspectiva que a Organização dos Estados Ibero-americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura (OEI) realizou, em conjunto com o Centro Internacional de Longevidade (ILC), uma série de webinários, oferecendo ao Brasil um bom diagnóstico do cenário atual e ao conjunto da sociedade a oportunidade de debater o tema com a profundidade necessária.

Por meio de parceria com as instituições Inteligência Educacional e Unibes Cultural, foram feitos três encontros nos dias 9, 16 e 23 de julho de 2020 sobre o enfrentamento à covid-19 e os desafios da parcela da população mais vulnerável ao novo coronavírus: os idosos. Os encontros online, chamados de “Trilhas da Longevidade - desafios diante da pandemia”, pontuaram melhorias para esse segmento populacional nos diversos aspectos que envolvem a longevidade, como qualidade de vida, saúde, economia e cultura, além das políticas públicas específicas para essa população.

A primeira edição dos webinários abordou os desafios da pandemia na região ibero-americana, com ênfase nas experiências da Argentina, Espanha, México, Portugal e Uruguai. Já o segundo encontro abordou a situação do Brasil na pandemia, tendo como exemplos os casos de São Paulo, Rio de Janeiro e do Nordeste do país. O terceiro e último encontro tratou sobre o que aprendemos com a pandemia. Foram propostas medidas para melhorar o atendimento ao idoso na Ibero-América, com a ressignificação do momento.

As palestras reunidas nesta publicação mostram o caminho para um envelhecimento planejado e podem contribuir para o alcance de uma vida melhor para as gerações futuras. As ricas apresentações dos especialistas de diferentes países ibero-americanos deram a tônica da troca de conhecimento, proporcionando o compartilhamento de estudos em profundidade. Na prática, conjugamos esforços para entender o que deu certo, o que precisa melhorar e o que pode ser feito para elaborar uma resposta mais efetiva no cuidado com os idosos, especialmente no momento atual.

Desejos a todos uma excelente leitura.

Raphael Callou

Diretor e chefe da Representação da OEI no Brasil

Quando eu nasci, a expectativa de vida da minha geração não passava de 45 anos. Hoje, no Brasil, chegamos a 77 anos. São 32 anos mais de vida, não de velhice. Envelhecer, antes o privilégio de poucos, hoje é uma oportunidade para a maioria. Antes de 2040 chegaremos a 80 anos de expectativa ao nascer. Em 2050 estaremos entre os 64 países com mais de 30% da população 60+. É a Revolução da Longevidade, a maior conquista da sociedade a nível global dos últimos cem anos. Uma revolução com impactos para todos os setores da sociedade – não só o da saúde.

No entanto, o que deveria ser celebrado é lamentado por tantos. Seria preferível

a outra única alternativa, morrer cedo? Celebrar a Revolução da Longevidade pressupõe, no entanto, que estejamos preparados. Isso exige uma sinergia do esforço individual e políticas públicas que o reforcem. Como exemplo, fazer com que os estilos de vida mais saudáveis sejam também mais acessíveis, fáceis e baratos. E quanto mais cedo nos prepararmos para a velhice, melhor – embora nunca seja tarde demais.

Vale para a saúde, assim como para os outros pilares do Envelhecimento Ativo conforme promulgado pela Organização Mundial da Saúde em 2002, durante minha gestão como diretor de seu departamento encarregado do envelhecimento.

“ *No meio do caminho havia uma pedra. Ao longo da maratona rumo à longevidade, uma pandemia. Antecipada, mas para a qual não estávamos preparados.* ”

Esses outros pilares são Aprendizagem ao Longo da Vida; Participação e; Segurança/Proteção. Através destes pilares podemos acumular os capitais essenciais para envelhecer bem: saúde, conhecimento, capital social e financeiro. Necesita também de ter um propósito de vida – para que ela seja plena, com realizações que alimentam nossa autoestima.

A metáfora que eu sempre faço é que a vida deixou de ser uma corrida de 100 metros – o marco final estava à vista. Tornou-se uma maratona, já não sabemos aonde vamos chegar. Quem já se preparou para uma maratona sabe que para chegar lá, bem, é preciso preparo, estamina, determinação e conhecimentos. Há barreiras e

tropeços no meio do caminho. Como na vida mais longa. O que não esperávamos, no entanto, é que no meio do caminho nos deparássemos com um meteoro. Uma gigantesca pedra no caminho. Seu nome? O novo coronavírus.

A partir desse cenário do envelhecimento, face a uma pandemia que faz das pessoas idosas suas principais vítimas, pareceu-nos claro que deveríamos aprender uns com os outros. Daí a ideia de somarmos esforços, buscando conhecer as experiências de outros países que comungam valores e culturas similares às nossas. Os parceiros naturais surgiram: a Organização de Estados Ibero-americanos e uma

instituição, a Inteligência Educacional, que há anos se dedica à educação como força motriz para preparar uma sociedade mais igualitária e sustentável. A urgência imposta pela gravidade da crise sanitária e os amplos efeitos do isolamento social preconizados pela Organização Mundial da Saúde e dos governos locais brasileiros nos levou à realização de uma série de webinários com participantes de representantes de Portugal, Espanha, vários países latino-americanos e de diversos estados brasileiros. O objetivo central: compartilhamento de conhecimento fundamental para gestores públicos, acadêmicos e estudiosos da área da pessoa idosa abordando os principais tópicos sob a ótica da pandemia do novo coronavírus.

“ *Celebrar a Revolução da Longevidade pressupõe, no entanto, que estejamos preparados. Isso exige uma sinergia do esforço individual e políticas públicas que o reforcem.* ”

A riqueza das informações intercambiadas nos fez também pensar que muito além de privilegiar os que puderam assistir aos debates ao largo dos webinários, deveríamos compartilhá-las através de uma publicação impressa e acessível online.

Bem-vindos à leitura. Bem-vindos à Revolução da Longevidade. E que estejamos mais bem preparados quando e se, mais adiante, nos depararmos com outra pedra no caminho.

Alexandre Kalache

Autor deste livro, foi curador e moderador da série de webinários Trilhas da Longevidade. É presidente do Centro Internacional da Longevidade no Brasil e representante da Aliança Global dos Centros Internacionais da Longevidade, da qual foi presidente até fevereiro deste ano.

Prefácio | Inteligência Educacional

Imersos nas urgências que nos trouxe a pandemia do novo coronavírus, a Organização dos Estados Ibero-Americanos (OEI) no Brasil – na figura do diretor Raphael Callou –, a União Brasileiro Israelita do Bem-estar Social (Unibes) – na pessoa do diretor Cultural, Bruno Assami – e a Inteligência Educacional – por meio da diretora Millena Araújo, foram instadas pelo professor Alexandre Kalache a promover uma reflexão de alto nível sobre as políticas públicas voltadas à pessoa idosa. Essa população, em especial, neste período de quarentena e restrições das mais variadas formas, está sendo severamente vulnerabilizada em seus direitos, inclusive de saúde. Movidos pelo senso de urgência dessa situação, esses três atores nacionais e internacionais promoveram três encontros virtuais com políticos, especialistas e acadêmicos buscando o compartilhamento das melhores práticas no cuidado à pessoa idosa durante a pandemia nos países ibero-americanos.

O envelhecimento acelerado da população brasileira nos recorda dessa urgência mais proximamente: os idosos brasileiros representavam 2,6 milhões da população geral em 1950; foram para 21,8 milhões em 2018; devem terminar este ano de 2020 em 29,9 milhões; segundo dados divulgados pela Divisão de População da Organização das Nações Unidas. Trata-se de um crescimento exponencial que demanda políticas públicas focalizadas por parte do governo e conhecimento apurado da sociedade para que nossas idosas e idosos sejam respeitados e tenham seus direitos garantidos. Nesse contexto, é fundamental termos à mão ferramentas que nos possibilitem difundir valiosas informações e conhecimento, como esta publicação.

A esse cenário que já gozava do nosso conhecimento e preocupação, acrescentaram-se os efeitos da pandemia, agravaram-se uma série de problemas sociais e

“ *Uma boa porção da população idosa encontra-se nesta vulnerabilidade com menor renda e sob precárias condições de habitabilidade, exposta a uma doença que lhe atinge de forma agravada.* ”

econômicos, que são mais agudizados em populações vulneráveis. Uma boa porção da população idosa encontra-se nesta vulnerabilidade com menor renda e sob precárias condições de habitabilidade, exposta a uma doença que lhe atinge de forma agravada. A relação da população idosa vulnerável com o coronavírus se deu sem amparo médico adequado, orientações de isolamentos e cuidados especiais por parte das famílias além de, muitas vezes, os abrigos não respeitarem um protocolo mínimo de segurança e saúde.

A partir dessa realidade, os webinários foram sendo curados com o conhecimento profundo do professor Kalache que nos trouxe ao conhecimento os casos de alguns países que vivem cenário parecido e, por outro lado, outros deles que possuem importantes políticas públicas para a melhoria da qualidade de vida e do respeito à pessoa idosa. Dessa forma, fizemos três recortes na série de webinários, sendo o primeiro voltado à situação atual pandêmica; o segundo, às particularidades brasileiras; e o terceiro, ao futuro que queremos para as políticas públicas e para a população idosa nos países ibero-americanos.

O conteúdo gerado a partir dos debates e das trocas foi de relevância tamanha que levou os organizadores a produzirem essa publicação de profundo interesse público. Elaborada de forma bastante didática e intuitiva, a publicação traz consigo a reprodução fidedigna e aprofundada das vivências, experiências, reflexões, projetos e programas compartilhados pelos especialistas.

Trata-se de iniciativa louvável e fundamental para enfrentarmos o cenário atual e o que nos aguarda, não só após a pandemia, mas enquanto demanda de uma nova configuração demográfica brasileira e mundial.

Boa leitura!

Floriano Pesaro

Sociólogo, ex-secretário estadual de Desenvolvimento Social de São Paulo, ex-deputado federal e escritor da série de livros Trilhas da Longevidade da Inteligência Educacional

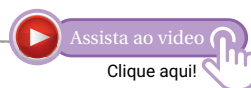
Capítulo 1



PRIMEIRO ENCONTRO

Casos de Espanha, Portugal, Argentina, Uruguai e México





É uma imensa satisfação para mim e motivo de orgulho ter sido convidado pela Organização dos Estados Iberoamericanos para ser o curador da série de três webinários “Trilhas da longevidade” e também moderá-los.

Estamos vivendo a maior crise sanitária do século e disso não há dúvida. Falo isso constrangido porque o Brasil é o epicentro e quando formulamos essa série de webinários, com a parceria não só da Organização dos Estados Iberoamericanos mas também da Inteligência Educacional e Unibes, pensamos muito em como fazê-lo.

Temos muito o que aprender com aquilo que já aconteceu e está acontecendo na Espanha, em Portugal e convidamos também pessoas de alto gabarito profissional para falar das experiências da Argentina, do México e do Uruguai. Também foi convidado o ex-governador de São Paulo, Geraldo Alckmin; e Bruno Assami, da Unibes, para trazer reflexões acerca do que foi exposto.

Para o primeiro webinário, pensamos no porquê é importante aprender com aquilo que já aconteceu e continua acontecendo nesses cinco países. O segundo webinário é mais focado na questão do Brasil. Vamos estudar três casos – São Paulo, Rio de Janeiro e Nordeste do País – e depois fazemos um corte mais aprofundado nas questões de gênero, raça e do idoso institucionalizado, o mais vulnerável de todos os subgrupos.

No terceiro seminário, olhamos para o futuro. O que, com base no que já aprendemos, podemos prever que vá acontecer. Costumo dizer que ninguém tem bola de cristal. Seria ótimo se pudéssemos saber o que vai acontecer. Estamos diante de um inimigo biológico feroz, traiçoeiro, ainda pouco compreendido. A perspectiva de uma vacina ainda é um sonho porque não tem nada concreto, ainda há apenas projetos, de forma que prever esse futuro é difícil.

“*Estamos vivendo a maior crise sanitária do século e disso não há dúvida. Falo isso constrangido porque o Brasil é o epicentro (da pandemia).*”

Dito isso, começamos com a exposição sobre o caso da Espanha com a pesquisadora, gerontóloga, que foi diretora do IMSERSO, diretora de pesquisa de uma instituição altamente respeitada com sede no País Basco, Fundação Matia: Mayte Sancho. Em seguida, compartilha o cenário de Portugal um grande amigo, o médico de família e comunidade e diretor do serviço de medicina de família no Hospital da Luz, em Lisboa, João Sequeira Carlos.

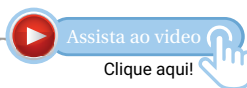
Saindo da Península Ibérica para a América Latina, na terceira manifestação, o caso da Argentina é apresentado pela Presidente da Associação Latino-Americana de Gerontologia Comunitária, Mónica Roqué, uma pessoa que representa, com muita paixão, uma das coisas fundamentais dentro dessa perspectiva do idadismo que é a defesa dos direitos das pessoas idosas. Mónica desempenhou e continua desempenhando papel vital nesse processo junto à Organização das Nações Unidas (ONU), além de ser uma gerontóloga de primeira classe.

Outro país vizinho, entre Brasil e Argentina e muitas vezes chamado de a “Suíça brasileira”, a situação do Uruguai é apresentada por Adriana Rovira, também uma embaixadora dos direitos dos idosos, que acompanha Mónica Roqué na atuação junto às Nações Unidas e em Nova York e foi durante muito tempo a diretora do Instituto Nacional de Pessoas Maiores e agora volta a uma atividade acadêmica e universitária.

Fala sobre a situação do México a gerontóloga do Instituto de Investigação Social da Universidade Autônoma do México, Verónica Montes de Oca Zavala, por quem tenho enorme admiração e desenvolve várias investigações junto a uma das populações mais fragilizadas, mais vulneráveis, que é a dos imigrantes na América Central, mexicanos vivendo nos Estados Unidos, e a precarização da vida dos seus familiares em um dos epicentros da pandemia no momento.

Após as exposições sobre os cinco países, Bruno Assami, diretor-executivo da Unibes Cultural apresenta provocações a partir dos aspectos apontados nas palestras. Para encerrar, o ex-governador de São Paulo, médico, Geraldo Alckmin expõe reflexões sobre a covid-19 no Brasil.

** Alexandre Kalache, autor deste livro, foi curador e moderador da série de webinários Trilhas da Longevidade. É presidente do Centro Internacional da Longevidade no Brasil e representante da Aliança Global dos Centros Internacionais da Longevidade, da qual foi presidente até fevereiro deste ano*



A experiência da Espanha ante a covid-19

A experiência da Espanha na pandemia da covid-19 pode ser observada a partir de um tripé formado por boas práticas no cuidado aos idosos; questões preocupantes do modelo tradicional de institucionalização e aspectos relacionados ao idadismo (forma de preconceito que acarreta na discriminação por idade) presentes na linguagem.

É com essa abordagem que a gerontóloga espanhola e especialista em planejamento gerontológico, Mayte Sancho, analisa um cenário considerado por ela “muito duro e difícil”. Dados gerais disponíveis no começo de julho de 2020 mostravam que mais de 260 mil pessoas haviam sido contaminadas pelo coronavírus (Sars-CoV-2). Cerca de 70% dos que faleceram eram homens e mulheres com mais de 80 anos que morreram em suas próprias residências.

A diretora de pesquisa da Fundação Matia, entidade com sede na região do País Basco, evidencia que é digna de homenagens “a incrível entrega dos profissionais de saúde e das pessoas cuidadoras de idosos”, com destaque para as cuidadoras, mulheres, imigrantes da América Latina que despendem muito esforço ao trabalho, porém ainda recebem baixos salários e necessitam de mais dignidade e valorização.

Além disso, ela classifica positivamente as ações nos centros onde as cuidadoras dos idosos permaneceram 24 horas por dia durante os três meses de isolamento rígido na Espanha. Sancho explica que esses locais ficaram “limpos de contágio, sem espalhamento do vírus”. Apesar da eficiência, a medida foi restrita, pois as

Saiba mais

Idadismo/Etarismo

Forma de preconceito baseado na idade, que leva à discriminação, exclusão social, perda de autonomia das pessoas idosas. Deriva do termo “ageism”, em inglês

condições de vida e de trabalho das cuidadoras foram barreiras à aplicação de forma generalizada.

Entre os aspectos preocupantes, Sancho frisa a potencial bomba de transmissão representada pelos modelos de instituições tradicionais, clássicas, espaços onde há aglomeração em refeitórios, com troca constante de cuidadoras entre os turnos. “É necessária a revisão deste modelo, sobretudo considerando alternativas para o

desenvolvimento de projetos futuros relacionados a centros. Há outras possibilidades que prezam por um modelo doméstico, mais restrito, com estabilidade de cuidadoras, evitando grandes salões e aglomerações”, pontua ao referir-se ao modelo desenvolvido pela Fundação Matia, com resultados bem-sucedidos, inclusive na contenção do contágio pelo coronavírus.

Também preocupante, ela critica a forma de tratamento e o valor social dedicado aos idosos na pandemia. “As palavras e a linguagem não são inócuas. É lamentável ver nos meios de comunicação o uso de palavras – como ‘internos’ – que remetem a uma condição carcerária para se referir a pessoas que necessi-

tam de maior conforto e dignidade nesse momento da vida”, desaprova.

Da mesma forma, Sancho conclui repreendendo o uso de uma linguagem paternalista, que infantiliza e retira a autonomia do indivíduo: “É uma linguagem que está muito distante da forma de tratamento digna e igualitária merecida, provocando danos tremendos aos mais de 9 milhões de idosos espanhóis”.

Saiba mais

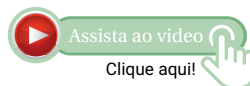
Fundação Matia

Fundação privada sem fins lucrativos localizada na província de Guipúscoa, no País Basco (Espanha). Atua há mais de 130 anos na prestação de serviços de saúde, assistência social, entre outros, a pessoas idosas, com abordagem centrada no indivíduo, na valorização da autonomia e na promoção da dignidade

Fonte: www.matiafundazioa.eus/es



* Mayte Sancho é especialista em planejamento gerontológico, diretora de pesquisa da Fundação Matia, foi diretora do Instituto de Maiores e Serviços Sociais (Imsero), entidade gestora da Seguridade Social do Governo da Espanha



Panorama e intervenções no cuidado aos idosos em Portugal

Portugal é um exemplo de país onde o enfrentamento à pandemia da covid-19 ganhou reforço da tecnologia para agilizar o atendimento e monitorar os casos positivos de coronavírus. Em sua contribuição ao webinar Trilhas da Longevidade, o médico de família e comunidade e diretor do serviço de medicina de família no Hospital da Luz, em Lisboa, João Sequeira Carlos trata das reorganizações no sistema de saúde português, dos cuidados às pessoas idosas e dos desafios advindos com a pandemia.

Estruturado em três pilares integrados – cuidados de saúde primários; cuidados de saúde hospitalares; cuidados continuados integrados – o sistema de saúde em Portugal recebeu o reforço de uma plataforma tecnológica de monitoramento dos casos positivos, chamada Trace-COVID, desenvolvida pelo Ministério da Saúde, que, segundo Carlos, facilita o atendimento e os cuidados aos casos em que não há necessidade de internação.

O médico traz o exemplo de atendimento a um casal de idosos diagnosticado positivo para a doença, sem filhos, contando com apoio de vizinhos e amigos, para ilustrar o procedimento nessas situações. Diagnosticados em um hospital, com sintomas leves, os pacientes foram encaminhados para isolamento doméstico.

Com auxílio da Trace-COVID, o casal era monitorado diariamente, por meio de contato telefônico, pela equipe de cuidados da atenção primária e Brigada de Saúde Pública. Além disso, os idosos contavam com uma rede de apoio formada por vizinhos e amigos que garantiram suporte, abastecimento de alimentos, remédios e bens de consumo, possibilitando que o tratamento e a recuperação acontecessem em casa.

Um cenário diferente desse e classificado pelo médico como “crítico” para o sistema de saúde é o dos lares para idosos, estruturas de apoio residencial alocadas no pilar dos cuidados continuados integrados. “Até julho, cerca de um terço do total de contaminados em Portugal eram pessoas idosas. É uma proporção relevante dos doentes com covid-19”, relata. O número elevado de contaminações registradas nesses espaços exigiu que o Governo de Portugal promovesse alterações legislativas específicas para reorganizar os cuidados à população residente.

Com isso, o Despacho n.º 4.959/2020, do Ministério da Saúde, tornou obrigatória a

intervenção direta dos profissionais de saúde da atenção primária, com acompanhamento diário aos doentes que habitam estabelecimentos residenciais e que não apresentam quadro clínico que demande internação hospitalar.

“Outra mudança empreendida envolveu a quebra na cadeia de transmissão com medidas para restringir ainda mais visitas externas aos lares. A reorganização também se deu no plano interno com intuito de garantir os melhores cuidados e segurança aos idosos com

diagnóstico positivo visando à recuperação completa e de forma tranquila”, elenca.

Após dois meses (março e abril) de crescimento no número de casos, o país entrou no momento de queda da curva de contágio, mas inspira preocupação a persistência de novos contágios mesmo em um patamar mais baixo, segundo o diretor do serviço de medicina de família no Hospital da Luz. “Isso é um desafio porque significa que o risco ainda existe, os lares permanecem sendo atingidos e traz efeitos psicológicos. São pessoas idosas confinadas, homens e mulheres que moram sozinhos e estão há muitos meses sem ver a família. Felizmente, os municípios também se reorganizaram e uma rede solidária de fornecimento de alimentos, medicamentos e demais cuidados foi estruturada”, esclarece.

Apesar dos inúmeros desafios, que serão intensificados com a chegada do inverno no Hemisfério Norte, e das transformações na forma de trabalho, com o fim do toque físico, por exemplo, João Carlos reforça que não se pode perder a esperança. Citando o poeta e compositor Vinícius de Moraes – “o mundo inteirinho se enche de graça, e fica mais lindo por causa do amor” – ele frisa que é preciso manter o amor e a paixão para trilhar essa jornada.

Saiba mais

Despacho n.º 4.959/2020

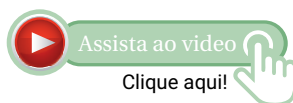
Medida assinada pela Ministra da Saúde de Portugal, Marta Temido, em 20 de abril, que “determina que o seguimento clínico dos doentes covid-19 que habitem em estabelecimento residencial para pessoas idosas e cuja situação clínica não exija internamento hospitalar é acompanhado, diariamente, por profissionais de saúde do ACES (agrupamento de centros de saúde) da respectiva área de intervenção, em articulação com o hospital da área de referência”.



Fonte: <https://dre.pt/pesquisa/-/search/132431522/details>



* João Sequeira Carlos é médico de família e comunidade e diretor do serviço de medicina de família no Hospital da Luz, em Lisboa



Ações de controle da covid-19 na Argentina

Estruturar, com antecedência, protocolos de enfrentamento à covid-19 e dar suporte econômico à população mais vulnerável. Essas foram as prioridades que a Argentina estabeleceu quando observou os efeitos da pandemia na Espanha, demonstra a gerontóloga e presidente da Associação Latino-Americana de Gerontologia Comunitária, Mónica Roqué, no webinar Trilhas da Longevidade.

O país, onde 22 mil pessoas habitam residências para idosos, tomou as primeiras medidas em 7 de março, decretando o fechamento dos estabelecimentos como forma de evitar a entrada de pessoas contaminadas e a transmissão aos idosos residentes. Para os casos de contágio já detectados, foram estabelecidas medidas epidemiológicas para tratamento dos doentes.

Roqué destaca que o governo argentino também tomou providências no aspecto psicossocial, com intervenção de equipes de psicólogos especialistas em crises para tratar as questões relacionadas à solidão nas instituições fechadas para visitas. “A medida também se estende aos familiares dos idosos, angustiados com o afastamento. Outro protocolo se configurou para a

22 mil

Número de pessoas que habitam residências para idosos na Argentina. Em 2012, o país possuía 5,7 milhões de idosos (Fonte: Censo 2010 da Argentina realizado pelo INDEC) <https://www.indec.gov.ar/ftp/cuadros/sociedad/encaviam.pdf>



7 de março

Data em que o governo argentino decretou o fechamento dos lares para idosos como forma de evitar a entrada de pessoas contaminadas e a transmissão aos residentes

atenção aos pacientes com demências e patologias psiquiátricas”, explica.

Além das medidas sanitárias, o país disponibilizou reforço econômico às residências para aquisição de equipamentos e insumos. “Isso é providencial principalmente para os locais com poucos recursos disponíveis e menos estruturados. Juntas, as medidas econômicas e de proteção social para pequenas empresas, famílias, idosos, trabalhadores de saúde possibilitaram a continuidade no isolamento”, avalia a especialista que também atua na defesa dos direitos das pessoas idosas junto à Organização das Nações Unidas (ONU).

“ *A presença de psicólogos dentro das residências (para idosos) é de grande importância para lidar com o aumento de ansiedade e tristeza. Infelizmente, por medo do contágio, muitos interromperam a rotina diária interna de atendimentos.* ”

Em contrapartida às ações que podem ser vistas como positivas, a Argentina enfrenta um problema de baixa qualificação dos profissionais cuidadores de idosos, carência de enfermeiros especializados e a saída de equipes psicossociais da convivência diária com idosos, questão que dificulta os cuidados com a saúde mental. “A presença de psicólogos dentro das residências é de grande importância para lidar com o aumento de ansiedade e tristeza. Infelizmente, por medo do contágio, muitos interromperam a rotina diária interna de atendimentos”, conta.

De forma geral, na avaliação de Roqué, as iniciativas colocadas em prática se refletiram em resultados positivos quatro meses depois, quando o país atingiu o pico da doença, mas apresentou baixa taxa de contágio e de mortalidade. “A Argentina entendeu a importância de frear o contágio pelo coronavírus a partir da implementação antecipada do isolamento social da população pensando em evitar um cenário de grande tragédia e a sobrecarga no sistema de saúde”, analisa.

* Mónica Roqué é gerontóloga, presidente da Associação Latino-Americana de Gerontologia Comunitária e desempenha trabalho de defesa dos direitos das pessoas idosas junto à Organização das Nações Unidas (ONU)



Dimensões políticas e demográficas do “sucesso” do Uruguai contra a covid-19

“Não é possível olhar a resposta do Uruguai à pandemia da covid-19 apenas a partir de aspectos quantitativos. Há dimensões políticas e demográficas muito importantes que precisam ser consideradas”. A afirmação da ex-diretora do Instituto Nacional para os Idosos do Ministério do Desenvolvimento Social do Uruguai, Adriana Rovira, no webinar Trilhas da Longevidade, expõe a complexidade do “sucesso” atribuído ao Uruguai no combate à covid-19.

Rovira esclarece que o país teve, por 15 anos, um governo de centro-esquerda (com o ex-presidente José Mujica como uma de suas grandes referências), substituído, na eleição de 2019, por um governo de ultradireita de coalizão com um partido militar.

Ao longo da década e meia do governo anterior, o país promoveu avanços importantes em matérias de direitos humanos, explica. A criação do sistema integrado de saúde, em 2008, gerou mudança radical no atendimento às pessoas idosas, com fortes investimentos para a atenção primária de saúde e para os médicos de família, de forma similar ao que foi implantado na Espanha e em Portugal. O país também criou um sistema nacional integrado de cuidados a partir de uma lei de 2015, promovendo uma integralidade muito ampla que deu as bases para os primeiros momentos da pandemia e possibilitou resolver problemas nos cuidados a domicílio.

Com a mudança de governo, logo nos primeiros meses de 2020, ela relata que o grupo eleito aprovou um marco normativo que reformou radicalmente aspectos substantivos da proteção aos direitos humanos. “Viu-se um desmantelamento muito

“ Não é possível olhar a resposta do Uruguai à pandemia da covid-19 apenas a partir de aspectos quantitativos. Há dimensões políticas e demográficas muito importantes que precisam ser consideradas. ”

significativo em legislações sobre direitos das crianças, adolescentes, nos marcos punitivos, nas configurações de delitos, nos aspectos de relacionamento entre o aparato público estatal e a órbita privada”, detalha.

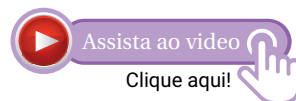
Ainda no campo político, Rovira menciona que, no país, não há medidas que obriguem o isolamento ou o uso de máscaras em locais públicos. “O governo apela para os argumentos da autorresponsabilidade, da autogestão da vida e não intervenção na liberdade dos indivíduos, cabendo a cada pessoa decidir por tomar ou não as medidas de prevenção do contágio”.

O que pode, então, explicar esse “êxito” do Uruguai apontado por meios de comunicação e alguns países? Para Rovira, parte disso tem a ver com o aspecto demográfico. O país possui uma população pequena e baixa densidade demográfica, ou seja, a distribuição dos mais de 3,9 milhões de habitantes pelo território não provoca grandes adensamentos populacionais. Ela também atribui os números reduzidos de contágio ao choque com as situações vividas na Espanha e na Itália, que sensibilizou as pessoas a evitarem a contaminação, mesmo sem estímulo por parte do Estado.

Nesse cenário, Rovira faz uma provocação e sugere que para se considerar uma experiência exitosa, é preciso analisar se há ações que partem de uma perspectiva de proteção aos direitos humanos. “A covid-19 é uma questão política e deve ser observada a partir da forma como os Estados a gerenciam, mas não estamos falando apenas de um vírus e de questões epidemiológicas. Ele tem se transformado em uma espécie de lupa que permite visualizar melhor o cenário de desigualdades e precariedades que assola a região”, aponta, ao se referir à grande fissura na América Latina que expõe as desigualdades no envelhecimento.

Ela evidencia esse contraste que se apresenta, de um lado, por um processo-modelo – a imagem de um envelhecimento exitoso, com o qual todos devemos aspirar – que abrange práticas de autogestão da própria vida e está cercado de possibilidades. De outro, um envelhecimento caracterizado como falido, uma enorme carga com a qual os Estados devem lidar e ancorado em um curso da vida marcado por vulnerabilidades reforçadas na velhice (como trabalhos informais e precarizados, não recebimento de salários dignos, baixa qualidade de vida). “A covid-19 desnuda, então, esse fosso de desigualdades entre aqueles que envelhecem com seus direitos garantidos e os que envelhecem na precariedade”.

* Adriana Rovira é psicóloga, professora do Programa de Psicologia Social Comunitária do Instituto de Psicologia Social da Universidade da República, no Uruguai. Foi diretora do Instituto Nacional para os Idosos do Ministério do Desenvolvimento Social do Uruguai



Covid-19 e os desafios do sistema de saúde do México

O México – um país com sistema de saúde fragilizado, déficit de cerca de 250 mil no número de profissionais, fruto de 30 anos de governos neoliberais que promoveram perdas sucessivas no orçamento e redução de investimentos para o setor da saúde – tenta enfrentar a pandemia da covid-19 com ações para contornar a situação de carência no atendimento aos doentes. Esse é o cenário exposto pela gerontóloga do Instituto de Investigação Social da Universidade Nacional Autônoma do México, Verónica Monte de Oca Zavala, em sua participação no webinar Trilhas da Longevidade.

Logo no começo de 2020, o governo mexicano – eleito em 2018 com uma plataforma política de esquerda – criou o Instituto Nacional do Bem-Estar com a função de articular e coordenar todo o sistema fragmentado e desarticulado. Zavala descreve que, assim que se tomou conhecimento do que se passava na China e com o primeiro caso de covid-19 registrado no México, em 23 de fevereiro, as primeiras ações foram reuniões com cientistas para entender a gravidade da situação.

“Fez-se uma espécie de consórcio que integrou os ministérios da Defesa, Marinha e Saúde para coordenar os hospitais, configurando uma infraestrutura de atendimento, oferta de leitos e respiradores mecânicos, partindo da premissa de achatamento da curva de contágio”, explica.

De acordo com ela, essa logística também proporcionou a importação de mais equipamentos provenientes da China para hospitais em áreas estratégicas (como na

250mil

É o déficit de profissionais de saúde no México, resultado de seguidos cortes no orçamento e falta de investimentos para a saúde pública mexicana durante 30 anos de governos neoliberais



capital, Cidade do México, onde por volta de um quinto da população do país reside), medida necessária por conta da deficiência estrutural resultante dos poucos investimentos nas últimas três décadas.

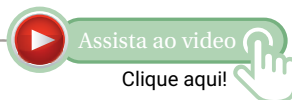
Zavala conta que o país passou, em um primeiro momento, por um número de casos elevados na população idosa. Com o desenrolar da pandemia, o contágio tornou-se predominante em homens adultos, com comorbidades. “A leitura inicial que se fez dessa situação, por um lado pelos meios de comunicação e setores da direita no país, deu uma conotação individualista, culpabilizando as pessoas pelo desenvolvimento desses agravantes por não terem se cuidado devidamente ao longo da vida; já o discurso oficial do governo se voltou a uma crítica a grandes conglomerados que têm responsabilidade sobre os produtos alimentícios associados ao crescimento de casos de obesidade, diabetes e hipertensão”, relata.

Para a gerontóloga, há no México uma territorialização do contágio e da letalidade, concentrados nas regiões pobres das grandes cidades (50% das mortes na Cidade do México ocorreram nas zonas mais pobres da capital) e, na maioria dos casos, afetando homens adultos, trabalhadores informais. Quase 60% da população economicamente ativa do México trabalha no setor informal.

Além disso, a pandemia traz à tona um debate ético e questões sobre os efeitos inconvenientes do excessivo paternalismo sobre os idosos. Zavala externa indignação a respeito de uma orientação discriminatória com idosos, que autorizava os médicos a definir que os jovens “mereceriam” ocupar os leitos em disputa por supostamente terem mais tempo de vida em caso de recuperação.

Da mesma forma, chama a atenção para ações do governo de transferência de renda que estimulam e até facilitam o confinamento dos idosos, mas podem representar uma afronta à autonomia das pessoas velhas quando arraigadas de um viés excessivamente protecionista. “Esse aspecto não pode ser desconsiderado e é necessário o diálogo do governo com os próprios idosos e com entidades representativas dessa parcela da população, algo pouco visto quando da definição de políticas que abrangem as pessoas idosas”, aponta.

* Verónica Montes de Oca Zavala, gerontóloga do Instituto de Investigação Social da Universidade Nacional Autônoma do México



Por uma agenda mundial de proteção ao estado de longevidade

Uma reflexão sobre a urgência de um novo paradigma acerca da trajetória da vida é o cerne da exposição do diretor-executivo da Unibes Cultural (União Brasileiro-Israelita do Bem-Estar Social), Bruno Assami, no webinar Trilhas da Longevidade.

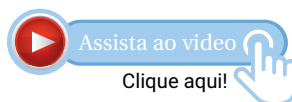
Assami ressalta que o século XXI traz uma troca intergeracional sem precedentes e o idoso está inserido na sociedade, inclusive como parte da renda de muitas famílias, atuando em três gerações no sustento familiar. “Nós sabemos que daqui a 30 anos a humanidade será mais longa. No Brasil, quase 30% da população será idosa; serão 2 bilhões de pessoas idosas no mundo. É um número que vai tomando proporção e parece que a sociedade não quer acordar para esse olhar sensível”, provoca.

Por isso, ele destaca, o tema ganha e merece a relevância dada pela série de webinários, ainda mais com a pandemia. Para Assami, a covid-19 evidencia a “desigualdade social, a falta de sensibilidade sobre a trajetória da vida, desencadeando para o idoso todas as vulnerabilidades e fraquezas do cordão de proteção socioambiental”.

Ele cita que já existe uma agenda criada no plano da ONU (Organização das Nações Unidas) para a efetiva promoção da saúde e do bem-estar. E conclama por uma iniciativa que considere e favoreça o idoso como parte desse ambiente. “Todos nós temos um olhar para o idoso muito sensibilizado, seja esse idoso vulnerável, seja atuante na sociedade e, portanto, como a ONU e vários outros órgãos internacionais já têm criado programas de proteção ao meio ambiente, quicá essa sociedade civil possa organizar nessa agenda mundial essa proteção ao estado de longevidade”, profetiza Assami.

“ *A covid-19 evidencia a desigualdade social, a falta de sensibilidade sobre a trajetória da vida, desencadeando para o idoso todas as vulnerabilidades e fraquezas do cordão de proteção socioambiental.* ”

* Bruno Assami é diretor-executivo da Unibes Cultural, com sede em São Paulo



Covid-19 no Brasil: peculiaridades e aprendizados

A pandemia da covid-19 no Brasil pode ser caracterizada por uma série de contradições e percalços, fatos que contribuem para o Brasil figurar entre os países com mais infectados e mortos pela covid-19, expõe o médico e ex-governador de São Paulo, Geraldo Alckmin, em sua participação no webinar Trilhas da Longevidade.

Segundo ele, são entraves para o país a “visão negacionista do governo federal em

relação à gravidade da pandemia”, as desigualdades sociais e as trocas de dois ministros da saúde em menos de 90 dias no meio da crise. Por outro lado, a existência do Sistema Único de Saúde (SUS), apesar das fragilidades, faz a diferença porque proporciona assistência gratuita e pública em todo o Brasil.

“*A pandemia deixa como legado a importância do SUS, a necessidade de fortalecimento ainda maior do sistema de saúde, de mais promoção de saúde e uma mudança na globalização, trazendo o princípio da precaução.*”

Ao falar dos contrastes brasileiros, Alckmin realça que o país possui dimensões continentais e abriga realidades diversas. Isso não seria diferente quando se trata do cenário epidemiológico nacional, no qual se percebe regiões, estados e cidades em momentos completamente opostos na curva de

contágio, alguns vivendo o pico da pandemia e outros o começo.

As disparidades, tanto no número de casos confirmados de doentes quanto nas taxas de letalidade, são, inclusive, presentes dentro de uma mesma cidade, sobretudo nos grandes centros urbanos. “Nos bairros mais prósperos e na periferia de São Paulo, por exemplo, as diferenças são abissais”, aponta.

Alckmin refere-se ao déficit de testagem e aos estudos das universidades brasileiras que projetam números de infectados seis a oito vezes maiores do que os divulgados, devido à

subnotificação. O cenário de alta incidência do vírus, segundo ele, é o que torna o Brasil um país ideal para realização dos testes de vacinas.

O ex-governador expressa otimismo por uma vacina contra a covid-19 e pronta para distribuição em 2021 e cita as pesquisas em desenvolvimento pela empresa chinesa Sinovach Biotech, em parceria com o Instituto Butantã, e pela Universidade de Oxford, da Inglaterra, em parceria com a Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), ambas com testes para o imunizante sendo aplicados no Brasil.

Como aspectos positivos, Alckmin elenca outros dois: a lei n.º 13.892/2020, que esta-

belece o pagamento de auxílio emergencial a trabalhadores informais e desempregados durante o período da pandemia; e o “grande trabalho de governadores, prefeitos, sociedade civil e mídia para conscientizar sobre o uso da máscara, o distanciamento social e os cuidados de higiene”. Entretanto, faz ressalva ao fato de o isolamento social não “acontecer de maneira tão completa em razão das diferenças de natureza social” do país.

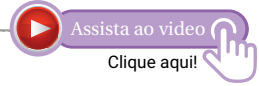
Para ele, fica como legado “a importância do SUS, a necessidade de fortalecimento ainda maior do sistema de saúde, a necessidade de mais promoção de saúde e uma mudança na globalização, trazendo o princípio da precaução”. Ressalta também

“*No mundo globalizado, esse aprendizado vai ficar para que os países invistam mais em ciência, em saúde e possam agir mais rapidamente no controle dessas pandemias.*”

que outras pandemias sucederão a da covid-19. “Tivemos em 2002, Sars-CoV-1; em 2008, H1N1; em 2012, MERS; em 2015, ebola; em 2019, Sars-CoV-2. No mundo globalizado esse aprendizado vai ficar para que os países invistam mais em ciência, em saúde e possam agir mais rapidamente no controle dessas pandemias”, alerta.

Ele conclui apresentando ideia de criação de um “braço executivo” da Organização Mundial de Saúde (OMS) voltado para pandemias, a exemplo do que foi criado para a aids. “Deveríamos ter, então, uma organização bastante focada, de caráter executivo, na questão das pandemias”, propõe.

* Geraldo Alckmin é médico e foi governador de São Paulo em quatro mandatos (2001-2003; 2003-2006; 2011-2014; 2015-2018)



É preciso destacar alguns pontos entre tudo o que foi manifestado no primeiro dia do webinar Trilhas da Longevidade. Primeiro, fica evidente a importância do Sistema Único de Saúde (SUS), especialmente em meio à pandemia do novo coronavírus. O sistema unificado funciona em Portugal, salvou vidas na Espanha, opera relativamente bem na Argentina e preparou o Uruguai para receber a pandemia de forma mais suave. Também, felizmente, no México houve tempo de preparar o Instituto Nacional do Bem-estar. O SUS é o que está salvando vidas. Não era o propósito do atual governo brasileiro, mas foi preciso reconhecer – certamente o primeiro ministro da saúde o fez e teve que se afastar por defendê-lo – que sem o SUS seria um inferno.

Segundo ponto a destacar é que é preciso reforçar a cultura de cuidado e valorizar aqueles que cuidam. Os profissionais, sejam eles titulados ou não, e sobretudo as heroínas, mulheres que são cuidadoras, e que apesar de tudo e do medo continuam enfrentando, oferecendo aconchego e amparo para que os idosos não fiquem desassistidos em casa e ainda mais expostos.

A importância do voluntariado é outro aprendizado evidenciado pela pandemia e elencado pelo Trilhas da Longevidade. São os voluntários que salvam nessas situações precárias e de miséria, mesmo em países que insistem em negar que existe desigualdade. E essa desigualdade vai se agravar e terá uma cara mais feminina, porque são as mulheres que mais participam da força de trabalho informal e pre-

“ *A pandemia serve como um alerta para pôr fim às formas de tratamento desumanizadas e aos comportamentos individualistas.* ”

“ *Não é a primeira pandemia e, provavelmente pela forma como estamos descuidando do meio ambiente, outras mais rapidamente virão.* ”

carizada. São as mulheres que vão perder primeiro o emprego, mães vão sofrer e para quem essa agonia vai ser mais prolongada, exatamente quem cuida dos filhos e dos idosos.

É indispensável ressaltar ainda a necessidade de revalorização e ressignificação do idoso. Antes de tudo, o idoso é um recurso para sua família e está sendo desvalorizado pela linguagem que se emprega, de paternalização e infantilização.

Também há de se frisar que o enfoque nas comorbidades culpabiliza os indivíduos doentes por terem hipertensão, diabetes ou problemas cardiovasculares. Quando, na verdade, são os determinantes sociais da saúde que levam a sociedade a adoecer e a desenvolver comorbidades. A idade também não é definitiva para provocar a morte por covid-19, visto que no Brasil 30% das mortes são de pessoas que não chegam a 60 anos, que envelheceram cedo e mal. Mesmo esse corte de 60 anos, com tanta desigualdade, não serve como parâmetro porque muitos se tornam vítimas bem antes de ter cabelos brancos.

“É preciso mudar e construir um novo ‘normal’, mais solidário, com mais empatia e cuidado.”

Como destacou Mayte Sancho, as grandes instituições são coisas do passado, já não ser-

vem à sociedade. A pandemia serve como um alerta para pôr fim às formas de tratamento desumanizadas e aos comportamentos individualistas. Não é a primeira pandemia e provavelmente pela forma como estamos descuidando do meio ambiente outras mais rapidamente virão. É preciso mudar e construir um novo “normal”, mais solidário, com mais empatia e cuidado.

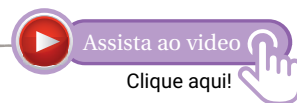
* Alexandre Kalache, autor deste livro, foi curador e moderador da série de webinários *Trilhas da Longevidade*. É presidente do Centro Internacional da Longevidade no Brasil e representante da Aliança Global dos Centros Internacionais da Longevidade, da qual foi presidente até fevereiro deste ano

Capítulo 2



Brasil na pandemia: São Paulo, Rio de Janeiro e Nordeste





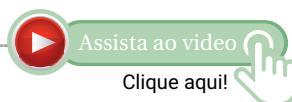
O segundo capítulo deste livro retrata o segundo encontro da série de webinários Trilhas da Longevidade. Na oportunidade, discute-se a agenda de políticas públicas para a pessoa idosa no Brasil e o contexto da região ibero-americana. O diretor e representante da Organização dos Estados Ibero-americanos (OEI) no Brasil, Raphael Callou, apresenta que as exposições deste segundo capítulo são mais focadas no caso brasileiro, nos desafios que estão postos e nos objetivos traçados em uma agenda propositiva que possa contribuir para proteção e para garantia dos direitos da pessoa idosa no país.

Callou destaca que a participação dos especialistas brasileiros traz inúmeras contribuições ao debate das políticas públicas à população idosa, sobretudo pela convergência do tema com as respostas à pandemia da covid-19. Ele ressalta que as circunstâncias da pandemia – a exemplo do número alto de pessoas infectadas e de mortes – tornam mais complexos os desafios para garantir a efetivação de direitos a esta importante parcela da população.

Como representante da OEI no Brasil, ele enfatiza os 71 anos do organismo internacional de cooperação, completos em 2020, e as linhas de atuação nos âmbitos da educação, cultura, ciência e tecnologia, tratadas como temas transversais no desenvolvimento das atividades da OEI.

Callou reforça ainda que a série de webinários – que resulta nesta publicação – coroa o trabalho desenvolvido pela OEI durante as mais de sete décadas de existência. Ele, por fim, evidencia a diversidade de olhares sobre a covid-19 no Brasil representadas pelos especialistas de diferentes regiões e estados do país. “O debate se torna bastante compreensivo e consegue tomar as características e peculiaridades desse país tão diverso e grande, que merece ser tratado com as especificidades regionais que possui”, arremata.

* Raphael Callou é diretor e representante da Organização dos Estados Ibero-americanos (OEI) no Brasil



Lançamento da coletânea Trilhas da Longevidade

O fim do bônus demográfico no Brasil em 2019 – que por anos incrementou a pirâmide etária com a maior densidade de jovens na história – coloca o país frente à inevitável realidade de envelhecimento populacional. A nova configuração etária, na qual se vive cada vez mais ao mesmo tempo em que há queda no número de nascimentos e de jovens, exige debate e planejamento.

O diretor da Inteligência Educacional, Sandro Resende, faz uma crítica severa: a despeito da previsibilidade desse fenômeno, que tornará o Brasil um país de idosos em breve, a nação não se preparou para isso. Resende, que foi o primeiro secretário de Juventude do Brasil em nível executivo, alerta para a necessidade urgente de se olhar para o idoso. “É imprescindível que o Poder Público considere o envelhecimento da população e se prepare para acolher essa massa de idosos que logo transformará a realidade brasileira”, preconiza.

A fim de contribuir de maneira prática para a preparação do Brasil no acolhimento aos idosos, Sandro apresenta a coletânea “Trilhas da Longevidade: os desafios face o envelhecimento”, publicação de quatro volumes que aborda as mudanças comportamentais, sociais, econômicas e o trato da política pública referente à pessoa idosa. A coletânea, de autoria de Sandro Resende em parceria com o sociólogo Floriano Pesaro, foi lançada durante a série de webinários que leva o mesmo nome e que originou este livro.

A coletânea “Trilhas da Longevidade” se divide em quatro volumes, cada um desti-

Resultado da redução das taxas de fecundidade e mortalidade em uma população é o fenômeno demográfico que ocorre quando o número de pessoas consideradas em idade produtiva (entre 15 e 64 anos) é maior que o de pessoas em idade não produtiva. É visto como o período mais favorável para o crescimento econômico

Fontes: <https://valor.globo.com/brasil/coluna/bonus-demografico-termina-com-menor-alta-da-populacao-ativa.ghtml>
<https://vestibular.uol.com.br/resumo-das-disciplinas/atualidades/demografia-maior-populacao-jovem-da-historia-e-oportunidade-para-o-desenvolvimento-global.htm?cmpid=copiaecola>

nado a um público: à pessoa idosa, aos cuidadores, à família, e um material sobre questões de gestão e políticas públicas. Resende explica que a premissa da publicação passa pelo entendimento da relação entre a longevidade e a “onda jovem”. Segundo ele, o fenômeno demográfico não recebeu o tratamento devido em termos de políticas de acesso à educação de qualidade e na proporção necessária.

Da mesma forma, explica, não se viu desenvolvimento econômico que pudesse incorporar a força de trabalho jovem no emprego formal. Ele chama atenção para o fato de que esses jovens – nascidos durante o baby boom do milagre econômico brasileiro – foram duplamente prejudicados, com formação deficitária e poucas oportunidades de emprego qualificado. Agora estão envelhecendo, sem perspectivas de assistência na área de saúde ou da previdência, e formarão, em 30 anos, a maior população idosa da história da pirâmide etária

brasileira. “É preciso estudo e planejamento para que a nação envelheça de forma saudável e respeitosa, garantindo mais bem-estar para toda a população brasileira”, defende.

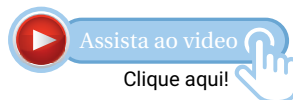
Parte fundamental deste preparo é a integração dos diferentes ciclos geracionais. De acordo com Resende, com o envelhecimento da população e o advento da tecnologia, que faz com que as mudanças na sociedade sejam cada vez mais rápidas e fluidas, várias gerações convivem ao mesmo tempo e no mesmo ambiente e é preciso aprender a lidar, respeitar e entender

“É preciso estudo e planejamento para que a nação envelheça de forma saudável e respeitosa, garantindo mais bem-estar para toda a população brasileira.”

as diferenças de época entre os babies boomers e gerações X, Y e Z. A coletânea propõe, então, a levantar o debate e vai além ao despertar para as diversidades do envelhecimento, envolto por diferenças de comportamento entre os indivíduos, desigualdades socioeconômicas, questões da Previdência Social, condições do sistema de saúde no país, entre outras.

“A contribuição desse material é trazer esse debate da construção da política pública e de ações concretas que possam melhorar todo o conjunto das pessoas que estão envolvidas nesse processo do envelhecimento da pirâmide etária brasileira”, sintetiza.

* Sandro Resende é diretor da Inteligência Educacional e foi o primeiro secretário de Juventude do Brasil e conselheiro da República no Conselho Nacional de Juventude



Políticas públicas e envelhecimento: respostas à pandemia da covid-19 em São Paulo

A baixa capacidade de testagem, a subnotificação, a ausência de dados consolidados, fidedignos e estratificados somadas à falta de coordenação das políticas públicas de enfrentamento ao novo coronavírus é o cenário preocupante da pandemia da covid-19 visto em São Paulo e, de forma ampla, no Brasil.

Mostrado pela médica especialista em Saúde Pública, Marília Louvison, esse contexto demonstra os desafios no estado onde as maiores taxas de letalidade pela covid-19 ocorrem em pessoas com 60 anos ou mais, com mortalidade ainda maior para pessoas com mais de 80 anos.

A partir de uma análise sobre as respostas municipais e estadual, a professora e pesquisadora do Departamento de Política, Gestão e Saúde da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo (USP) chama a atenção para a ausência de uma iniciativa coordenada que consolide e organize os dados referentes à pandemia e apresente ações integradas. “É um desafio enorme não ter dados fidedignos neste país. Isso é muito grave. Uma pandemia desta ordem precisa de dados, inclusive, individualizados por idade, raça etc.”, lamenta.

Louvison pontua que o estado de São Paulo adotou como medidas iniciais o isolamento social, a ampliação da capacidade de leitos e a realização de testagem. No entanto, ao passo que os municípios receberam testes, não tinham equipamentos de proteção individual ou mesmo materiais suficientes para realizar os exames. “A subnotificação e a baixa capacidade de testagem brasileira junto a essa descoordenação das políticas nos causa enorme preocupação”, registra.

Com a interiorização da pandemia, avançando para cidades de maior índice de

“ *A subnotificação e a baixa capacidade de testagem brasileira junto a essa descoordenação das políticas nos causa enorme preocupação.* ”

envelhecimento – como Rio Preto e Presidente Prudente, municípios do noroeste paulista – outra resposta foi a criação do chamado Plano São Paulo, que estabeleceu fases para a retomada das atividades econômicas, de acordo com cada setor, dividindo cada etapa por cores: vermelho significa “alerta máximo”; laranja, “controle”; amarelo, “fase de flexibilização”. Ela evidencia que a flexibilização ocorre, em muitas cidades, quando do crescimento da curva, o que leva a uma lógica econômica de “abre, reabre, fecha, refecha”. Segundo a profissional, as ações partem de uma lógica hospitalar, com olhar para o momento da internação, para a oferta de leitos.

Já as respostas de municípios como Araraquara e São José do Rio Preto, concentradas na atenção primária de saúde, apresentam resultados mais positivos. De acordo com Louvison, protocolos de atenção primária e vigilância; rastreamento e isolamento de caso confirmado; busca ativa, consulta domiciliar dos casos, contatos e população de risco têm obtido mais êxito no combate à pandemia. “Mas, infelizmente, não tivemos uma coordenação, uma política de internação precoce dos

positivos nesse país tão desigual, que poderia ter apoiado os idosos mais vulneráveis, e uma estratégia mais intensa junto às instituições de longa permanência onde se verifica um geronticídio”, critica.

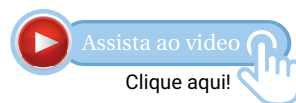
Uma resposta no campo político também é necessária, conclui. Ela conclama por uma valorização das vidas velhas, por uma recriação do Sistema Único de Saúde (SUS) com capacidade de ser, de fato, universal e integral, e por políticas públicas que tenham um compromisso com as populações vulneráveis, como os idosos.

Citando o geógrafo baiano Milton Santos, Louvison reforça que é preciso “refazer um contrato social renovado e ampliado, onde sejam priorizadas as especificidades e demandas das populações vulnerabilizadas e oprimidas tendo a saúde no centro”.

“ O que tem feito a diferença é a atenção primária e vigilância; rastreamento e isolamento de caso confirmado; busca ativa, consulta domiciliar dos casos, contatos e população de risco. ”

* Marília Louvison é médica especialista em Saúde Pública; professora e pesquisadora do Departamento de Política, Gestão e Saúde da FSP-USP; Conselho ILC (Centro Internacional de Longevidade) Brasil; e membro do Conselho ABRASCO

As respostas da cidade do Rio de Janeiro à covid-19



Respostas lentas, descoordenadas, com pesos inadequados para a atenção primária e para os hospitais de campanha, estruturas montadas sem disponibilizar de forma adequada os materiais de proteção individual e os respiradores, além de processos de compra incorretos, com desvios nas licitações. Assim o médico de família na favela da Rocinha, na zona sul da cidade do Rio de Janeiro, Eberhart Portocarrero Gross, avalia as respostas à covid-19 na capital fluminense, cenário semelhante ao encontrado em outras grandes cidades do Brasil.

Sobre os protocolos de retorno das atividades econômicas, Gross aponta a falta de organização na coleta de dados nas três esferas de poder – federal, estadual e municipal – o que leva uma “reabertura intuitiva”. Para suprir essa ausência de diretriz, o médico destaca as iniciativas voluntárias e locais de organizações não governamentais (ONGs) que, seguindo a lógica do “nós por nós”, buscam e tentam concentrar o máximo de dados possíveis.

Exemplo disso, segundo ele, é a iniciativa Voz das Comunidades, desenvolvida na Comunidade do Alemão, que faz o próprio painel da covid-19 nas favelas do Rio de Janeiro. Os voluntários buscam informações diretamente das clínicas onde os atendimentos acontecem e organizam os dados que não se refletem nos números

Saiba mais

Voz das Comunidades

Jornal comunitário com notícias relacionadas às favelas da cidade do Rio de Janeiro. Nasceu em 2005 por iniciativa do então estudante da Escola Municipal Alcides de Gasperi, Rene Silva dos Santos. Aos 11 anos de idade, ele criou o jornal Voz da Comunidade. O projeto surgiu para mostrar o que acontecia na comunidade do Morró do Adeus, uma das 13 que formam o Conjunto de Favelas do Alemão. Hoje existe em formato online, com site, aplicativo e perfis em redes sociais. Disponível em www.vozdascomunidades.com.br/



apresentados pela Prefeitura. “Fazemos isso não porque é melhor. No fundo acaba sendo uma visão limitada, que não consegue ter tanto poder de decisão e nem levar em conta tantos fatores, mas é feito assim porque é o que é possível”, observa.

Gross defende que a pandemia de covid-19 expôs as desigualdades sociais, deixando-as mais explícitas. Ele rechaça a ideia de que o novo coronavírus seja “democrático” e atinja a todos independentemente da cor, classe, faixa de renda. Ele exemplifica isso com o caso da primeira vítima no Rio de Janeiro: uma empregada doméstica contaminada pela patroa que havia retornado de férias na Itália. “O vírus pode até ser democrático em acometer as duas, mas não necessariamente no desfecho. Quem morreu foi a mulher negra, pobre, moradora da periferia”, critica.

Na avaliação do médico, há uma pressa para retornar à “vida normal”, compreensível em razão dos efeitos individuais e psicológicos da pandemia, mas é um retorno que parece não considerar mudanças que atinjam as essências dos problemas. Assim, quando outra pandemia acontecer, “teremos de lidar com as mesmas questões”.

“Talvez ainda seja tempo, com sorte e algum esforço, de aproveitar a oportunidade de mudar alguma coisa na realidade de base das favelas, da nossa organização social para talvez um normal que seja realmente novo para todas as cores, todos os gêneros, todas as idades, considerando a diversidade que temos e a igualdade que queremos construir de direitos e possibilidades de vida”, almeja.

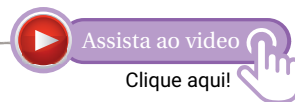
Saiba mais

Painel de Atualização de Coronavírus nas Favelas do Rio de Janeiro

Plataforma online criada pelo Voz das Comunidades que disponibiliza dados do total de casos confirmados de covid-19 nas favelas do município do Rio de Janeiro. Traz ainda gráficos de evolução de casos por dia, quantidade de óbitos e número de recuperados. Foi lançada em 8 de abril de 2020. Disponível em painel.vozdascomunidades.com.br/



* Eberhart Portocarrero-Gross é médico de família na favela da Rocinha, zona sul da cidade do Rio de Janeiro



A pandemia da covid-19 no Nordeste brasileiro

Para falar sobre a pandemia da covid-19 no Nordeste brasileiro, o diretor do Instituto do Envelhecer da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Kenio Lima, divide a abordagem em tópicos: o quadro epidemiológico, a interiorização da pandemia, a articulação dos governadores dos nove estados e o respeito pela ciência.

Lima reforça a heterogeneidade da região: um amplo território com realidades bem distintas. Uma delas é a demográfica. Em termos absolutos, Sergipe, por exemplo, possui 2,2 milhões de habitantes. Já a Bahia, 14 milhões, quase sete vezes mais. Sobre a densidade demográfica, Alagoas tem densidade alta (112,3 habitantes/km²), já o Piauí está do lado oposto (15,6 habitantes/km²).

Outra questão importante, segundo Lima, principalmente no contexto da pandemia, diz respeito aos domicílios com adensamento excessivo, onde há mais de três moradores por dormitório. No Maranhão, 9,9% dos domicílios possuem adensamento excessivo, com alta concentração de pessoas ocupando o mesmo cômodo. “Falamos em controlar uma pandemia transmitida sobretudo por um contato próximo entre as pessoas. Se não olharmos para isso adequadamente, certamente serão usados modelos que não são próprios e não entendem a dinâmica do território”, ressalta.

No aspecto epidemiológico, os primeiros casos de covid-19 foram confirmados na Bahia, Alagoas e Pernambuco. Lima destaca a situação do Ceará, epicentro da pandemia na região. Após uma revisão dos casos, viu-se a existência de casos da doença desde janeiro. Houve, portanto, demora de cerca de 70 dias para que as primeiras medidas fossem tomadas. Esse fato e o tráfego aéreo intenso explicam o grande avanço do novo coronavírus no estado.

Ele chama a atenção para as taxas de letalidade e o percentual de óbitos de idosos. Para além da discussão numérica, Lima reforça o aspecto social. “Podemos perceber que é um geronticídio, com certeza, quando percebemos quem são essas pessoas escolhidas para morrer. Precisamos olhar para esse dado com cuidado, atenção e denunciar”, conclama.

Em termos da interiorização da pandemia, Lima expõe um estudo da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) que demonstra a evolução das contaminações, iniciando em metrópoles, capitais regionais e centros sub-regionais e avançando para centros locais, no interior do país. Ele destaca a importância de se considerar a integração das medidas de isolamento entre os municípios. “Não adianta fechar pequenas cidades se não é uma ação integrada. As pessoas se

deslocam para os municípios maiores onde, provavelmente, está o foco de contágio”, avalia.

Outro enfoque dessa interiorização recai sobre as áreas mais envelhecidas da região, no Sertão Central, compreendido por parte dos estados do Ceará, Rio Grande do Norte e Paraíba. Nessa área, explica Lima, as pessoas são afetadas com intensidade e não contam com uma rede de atenção primária estruturada. “Isso é fruto de um desinvestimento que vem acontecendo no nosso país, com políticas mutiladoras e se reflete na grande quantidade de óbitos”, analisa.

Sobre a perspectiva política, ele recorda a criação do Consórcio Nordeste, em março de 2019, iniciativa que reúne os nove governadores e visa coordenar ações políticas e alavancar projetos regionais que reflitam os interesses do povo nor-

Aspectos demográficos do Nordeste

Unidade federativa	População total (a)	% pessoas 60 anos ou + (b)	Densidade demográfica (hab/km ²) (c)	% domicílios com adensamento excessivo (d)
Alagoas	3.337.357	14,7	112,3	5,8
Bahia	14.873.064	15,2	24,8	4,3
Ceará	9.132.078	15,2	56,8	6,3
Maranhão	7.075.181	12,5	19,8	9,9
Paraíba	4.018.127	14,8	66,7	4,3
Pernambuco	9.557.071	15,9	89,6	5,0
Piauí	3.273.227	15,6	12,4	4,6
Rio G. do N.	3.506.853	14,9	60,0	5,8
Sergipe	2.298.696	12,4	94,4	4,4

Fonte: IBGE (a) População estimada, 2019; (b) Projeção da população 2010-2016. IBGE; (c) Censo Demográfico 2010 e (d) PNAD 2018

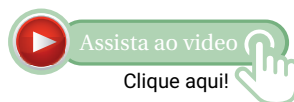


destino, não contemplados pelas ações do governo federal.

Em razão da pandemia, o consórcio criou em março de 2020 o Comitê Científico de Combate ao Coronavírus, reunindo especialistas que assessoram e suprem com evidências científicas os gestores para subsidiar a tomada de decisões e a definição de políticas públicas. O comitê possui nove subcomitês, a plataforma Mandacaru, voltada à troca de experiências, e o aplicativo Monitora. “São várias estratégias sendo realizadas em nível de Nordeste de compra de materiais e insumos para que não falte nada aos estados nordestinos, em uma ação articulada de combate ao descaso observado na pandemia”, provoca.

Lima faz críticas também à desarticulação do pacto interfederativo e à descoordenação das respostas, seja a nível federal, estadual ou municipal. “Temos dificuldade muitas vezes de executar as ações por essa completa falta de entendimento do que é uma emergência em saúde pública. Essa preparação para emergências não foi discutida adequadamente”, expõe.

* Kênio Lima é diretor do Instituto do Envelhecer da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)



Aspectos étnico-raciais da pandemia da covid-19

Múltiplas dimensões estão conectadas ao estado de crise de saúde advindos com a pandemia da covid-19, entre elas, a étnico-racial que atravessa toda a estrutura de uma sociedade. Alexandre da Silva, professor, doutor em Ciências pela Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo (USP), aborda essa perspectiva indicando correlações entre as questões de saúde pública e a situação de vulnerabilidade à qual a população, sobretudo idosa e negra, está submetida.

Ele aponta que muito se fala sobre “grupos de risco” da covid-19, mas seria mais preciso considerar que são pessoas em uma “condição de risco pela falta de políticas públicas que as colocou nessa situação”. Por conta disso, questiona o suposto caráter “democrático” da covid-19. Ele atribui que as várias manifestações de racismo – seja estrutural ou institucional – sustentam um discurso político-ideológico no Brasil que mantém as desigualdades sociais e naturaliza a violência contra a pessoa negra, não só idosa.

“Essa democracia que não existe é o que leva risco a maior número de trabalhadores e trabalhadoras negras, que possibilitam que muitos grupos sociais consigam ficar em casa. Falo de trabalhadores em subempregos ou empregos mal remunerados, mais afetados também porque não há acesso aos benefícios sociais”, analisa.

Seguindo o raciocínio, Silva aborda a situação do que chama de “territórios

“ *A desigualdade no enfrentamento da covid-19 está escancarando muito a morte de pessoas pobres, negras, negras e pobres, velhas, velhas e pobres, velhas e negras. Esse plano de necropolítica sustenta a estrutura racista, machista e patriarcal.* ”

negros”. São espaços onde se observa má qualidade dos serviços básicos e falta de acesso a eles; com estrutura prejudicada, ou até ausente, de água e esgoto; onde há maior presença de violência e da polícia; áreas verdes reduzidas e livres para promoção de saúde; dificuldade de acesso à internet, a alimentos saudáveis, frescos e a preços acessíveis; desatenção a quilombolas e indígenas; com funcionamento precário das políticas de programas sociais.

Essas são condições sociais que aumentam o risco de contágio pelo novo

coronavírus, em decorrência do que ele destaca como prática da “necropolítica”. O professor denuncia que “parece haver uma situação orquestrada para que isso ocorra e assim permaneça”. Segundo ele, a desigualdade no enfrentamento da covid-19 está escancarando muito a morte de pessoas pobres, negras, negras e pobres, velhas, velhas e pobres, velhas e negras. “Esse plano de necropolítica sustenta a estrutura racista, machista e patriarcal,” provoca.

O professor diz que o racismo estrutural no Brasil deixa os negros ainda mais expostos à doença. “Os corpos negros estão em maior exposição para o adoecimento pela covid-19, seja por ser uma pessoa residente no país ou por estar lidando diretamente no combate à doença”, conclui.

Saiba mais

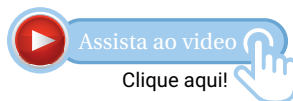
Racismo estrutural

Expressão usada para demonstrar que a estrutura social é organizada em bases desiguais para os grupos raciais, privilegiando pessoas brancas em detrimento de negros e indígenas. É uma característica inerente de sistemas sociais, econômicos e políticos. Segundo o jurista e filósofo Silvio de Almeida, o racismo estrutural constitui as ações conscientes e inconscientes e o funcionamento da vida cotidiana.



Fontes: Vídeo *O QUE É RACISMO ESTRUTURAL?* | Silvio Almeida
<https://www.uol.com.br/ecoa/listas/o-que-e-racismo-estrutural.htm>

* Alexandre da Silva é professor, doutor em Ciências pela Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo (USP)



Pandemia e a sobrecarga na rotina das mulheres

Mulheres estão mais sobrecarregadas na pandemia. Em diversos aspectos, de diferentes formas. É o que destaca a presidente do Observatório da Longevidade Humana e Envelhecimento (Olhe), Marília Berzins. Por uma construção social que atribui às mulheres a função do cuidado, são elas as mais afetadas pelas pressões psicológicas, pelo aumento de tempo dedicado ao trabalho e às tarefas de gestão doméstica, cuidado dos filhos e cônjuges.

“As mulheres também estão cuidando – e esse papel é muito recente – dos seus pais idosos, sogra, sogro, tias, avós. O cuidado, apesar de ser humano, é tradicionalmente destinado às mulheres. Temos que nos ater a isso e mudar. Todos nós temos que cuidar, é um ato do ser humano”, defende.

Com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), Berzins apresenta a diferença crucial de tempo dedicado às atividades domésticas: em média, as mulheres gastam 20,9 horas semanais, enquanto os homens, 10,8 horas. São elas que se encarregam do trabalho ‘invisível’ dentro de casa e, na pandemia, também assumiram o papel de professoras. Berzins também aponta que são elas as maiores vítimas de ansiedade e estresse, devido à sobrecarga psicológica.

A pandemia afeta mais as mulheres em diferentes espaços e condições. Nos hospitais, elas estão na linha de frente no cuidado. A Organização das Nações Unidas (ONU) informa que 70% dos profissionais de saúde no mundo são mulheres. Esse cenário também se repete no Brasil, segundo Berzins. “Quando falamos esse

“ O cuidado, apesar de ser humano, é tradicionalmente destinado às mulheres. Temos que nos ater a isso e mudar. Todos nós temos que cuidar, é um ato do ser humano. ”

número expressivo de mulheres no atendimento à saúde, destaco que elas se apresentam sobretudo nas equipes de enfermagem, na maioria como técnicas de enfermagem”, relata.

As pressões psicológicas e o estresse, reforçados na pandemia, também recaem com mais intensidade sobre elas. Berzins cita o documento “Mulheres no Brasil” da ONU que aponta o índice de informalidade no trabalho como outro fator que as fragiliza e destaca a profissão de cuidadora de idosos. “Temos visto que a ocupação ‘cuidador de idoso’ deveria ser usada no gênero feminino. Esta profissional continua trabalhando na pandemia e temos testemunhado algumas situações de repetição inclusive de condições análogas ao trabalho escravo, exigindo que essas mulheres não tirem folga, que fiquem em dedicação exclusiva para cuidar do idoso”, denuncia.

Berzins defende o fortalecimento de mecanismos de proteção às mulheres e às pessoas idosas, ressaltando essa grande lacuna no cenário nacional. “Nós efetivamente não temos uma política nacional de cuidados que perpassa por todas essas situações e inclua a figura do cuidador de idoso. Em outubro de 2019, estava nas mãos do presidente Jair Bolsonaro a possibilidade de sancionar a lei que regulamenta a profissão de cuidadores de idosos, importante para dar mais dignidade e direitos a essa população, mas, infelizmente, foi vetada. Voltamos à estaca zero na situação das cuidadoras”, conta.

Ela, por fim, acentua que a igualdade de gênero é um dos cinco Objetivos do Desenvolvimento Sustentável estabelecidos pela ONU. Para atingi-lo, a sociedade tem papel fundamental na conquista e na garantia de direitos, ao dar visibilidade à questão e se engajar na redução dessas desigualdades.

70%

É a porcentagem de mulheres profissionais de assistência sanitária e social no mundo. No entanto, apenas 30% das mulheres ocupam espaços de decisão como líderes do setor sanitário em âmbito mundial, segundo agências da ONU

Fontes: Fundo das Nações Unidas para a População (Unfpa) - <https://news.un.org/pt/story/2020/04/1711472> / ONU Mulheres www.onumulheres.org / [instagram.com/p/CFdLgpgFKJR/](https://www.instagram.com/p/CFdLgpgFKJR/)



* Marília Berzins é presidente do Observatório da Longevidade Humana e Envelhecimento (Olhe)



Panorama dos cuidados de idosos em instituições de longa permanência

O debate sobre as instituições de longa permanência (ILPIs) e os cuidados aos idosos nelas residentes perpassa diversas questões, que acentuam a problemática no Brasil. Karla Giacomini, médica geriatra em Belo Horizonte, aborda três desses aspectos: o familismo, o etarismo e a falta de identidade das ILPIs.

O primeiro deles, o familismo, representa o excesso de responsabilidade que recai sobre a família no cuidado dos idosos por uma omissão da sociedade e do Estado – entes constitucionalmente responsáveis também por amparar os idosos nas suas necessidades, segundo o artigo 230 da Carta Magna. “A sociedade é um ser etéreo e o Estado se esconde ao invés de se apresentar. Temos uma família que, se falhar, vai ser criminalizada pela sua omissão, enquanto o Estado comete uma violência estrutural de larga monta sem que por isso seja chamado a atuar como deveria”, acusa.

Giacomini argumenta que a omissão estatal está explícita no não investimento aos cuidados de longa duração. Ela apresenta resultados de uma pesquisa da Organização Internacional do Trabalho (OIT) que avaliou quanto do PIB (produto interno bruto) de 46 países foi investido em cuidados de longa duração. Segundo o estudo, o Brasil investiu 0% do seu PIB. “Portanto, o déficit de cuidados de longa duração no âmbito do país é de 100%. Poderíamos perguntar, então, quem está cuidando? Quem está cuidando é a família

“ *A família, a sociedade e o Estado têm o dever de amparar as pessoas idosas, assegurando sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade e bem-estar e garantindo-lhes o direito à vida.* ”

**Artigo 230 da
Constituição Federal de 1988
(Título VIII, Capítulo VII)**

na forma como consegue. Por isso penso no familismo”, aponta.

Consultora da Organização Mundial da Saúde (OMS) para Políticas Públicas e Envelhecimento, Giacomini expõe que o etarismo ou idadismo – preconceito com base na idade – é outro aspecto que prepondera nessa falta de políticas. “Enquanto acreditarmos que a instituição de longa permanência é a última opção de política, ela sempre será considerada um local que pode servir de depósito, mais uma forma de segregar as pessoas que não nos interessa conhecer, sejam idosos ou pessoas com sofrimento mental”, constata.

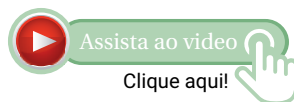
Da mesma forma, a “falta de identidade das instituições de longa permanência” reflete a desimportância que o poder público atribui a esses locais, visível pela não inclusão desses espaços no orçamento público. “Isso talvez explique, mas não justifica, a falta de priorização em instituições de longa permanência como espaços

de cuidado diante da covid-19, onde deveriam ser testados prioritariamente todos os cuidadores e os residentes. Como isso não acontece, existe maior chance de contágio”, diagnostica.

Ela encerra exaltando a união e o trabalho da Frente Nacional de Fortalecimento das ILPIs, da qual é coordenadora, iniciativa que procura construir uma política nacional de cuidados continuados. “Devemos trazer à tona essas deficiências, mostrar para a sociedade brasileira que o direito amplo à saúde, ao cuidado, à assistência social e às políticas educacionais são direitos estabelecidos na Constituição”, defende.

“Enquanto acreditarmos que a instituição de longa permanência é a última opção de política, ela sempre será considerada um local que pode servir de depósito, mais uma forma de segregar idosos ou pessoas com sofrimento mental.”

* Karla Giacomini é médica geriatra em Belo Horizonte, consultora da OMS para Políticas Públicas e Envelhecimento, coordenadora da Frente Nacional de Fortalecimento das ILPIs



Covid-19 e o alerta contra a negligência à pessoa idosa


A reação ao cenário da pandemia da covid-19 no Brasil é de estarcimento. Além de todo o contexto de incertezas, perdas e preocupações, o Brasil acrescenta um “agravante vexaminoso” de carência de dados confiáveis e processo de interiorização da covid-19 com impacto fortemente negativo sobre os idosos.

Assim, o presidente da Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia (SBGG) – seção Rio de Janeiro, o médico geriatra Daniel Lima Azevedo, classifica e sintetiza as exposições acerca dos casos de São Paulo, Rio de Janeiro e da região Nordeste presentes neste segundo capítulo.

Azevedo considera muito oportunas as reflexões dos temas transversais à crise de saúde – os debates sobre raça, gênero e a perspectiva sobre o idoso institucionalizado. Na discussão sobre os aspectos raciais, ele destaca o aspecto não democrático da covid-19, como se tem falsamente apregoadado. O médico também ressalta a opressão social como uma das formas de violência que recai sobre a população negra no Brasil, sobretudo durante a pandemia.

Saiba mais

Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia (SBGG)



Fundada em 1961, é uma associação civil, sem fins lucrativos, cujo objetivo principal é congregar médicos e outros profissionais com interesse em Geriatria e Gerontologia, estimulando e apoiando o desenvolvimento e a divulgação do conhecimento científico na área do envelhecimento. Além disso, visa promover o aprimoramento e a capacitação permanente dos associados. Possui seções em 15 estados e no Distrito Federal.



<https://sbgg.org.br/sbgg-endossa-recomendacoes-da-camara-tecnica-de-geriatria-do-conselho-federal-de-medicina/>

Na questão de gênero, ele aponta a “dicotomia muito perceptível nos atributos relativos ao cuidado de pessoas idosas”, tarefa que gera ainda mais sobrecarga de trabalho às mulheres por ser executada de modo praticamente exclusivo por elas. O presidente da SBGG – RJ evidencia a situação de vulnerabilidade dos idosos em instituições de longa permanência (ILPIs) e expressa indignação aos dados que demonstram a total falta de investimentos nesses espaços.

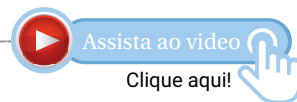
“Paradoxalmente, a situação da covid-19 provocou a abertura de uma discussão muito urgente sobre normatizações nas instituições no Brasil representada pela Frente Nacional Fortalecimento das ILPIs e coordenada pela geriatra Karla Giacomini”, destaca.

A tudo isso, Azevedo acrescenta a preocupação com as pessoas com demência e os desafios para lidar com as mudanças bruscas advindas com a pandemia. “Imaginemos dizer a uma pessoa com demência que as rotinas precisam ser mudadas devido a esse vírus, os profissionais responsáveis pelo cuidado podem ter dificuldade para chegar ao domicílio dela, e ainda, a comunicação pode ser dificultada pelo uso da máscara”, expõe.

Ele alerta, entretanto, que as adversidades que a pandemia traz não podem ser justificativas para mais negligência. Por isso, visando municiar profissionais, sociedade, familiares, entes públicos e privados acerca da necessária atenção à pessoa idosa, Azevedo dá publicidade a uma série de dez recomendações elaboradas pelo Conselho Federal de Medicina (CFM) que contemplam a complexidade da atenção multidisciplinar exigida pela população idosa e auxiliam na manutenção dos cuidados durante a pandemia.

A divulgação do documento é um esforço conjunto da SBGG, em âmbito nacional, com o Conselho Federal de Medicina. O texto, chamado A covid-19 não pode ser mais um motivo para uma falta de assistência digna aos idosos brasileiros, está disponível para acesso no site da SBGG no link www.sbgg.org.br/sbgg-endossa-recomendacoes-da-camara-tecnica-de-geriatria-do-conselho-federal-de-medicina.

* Daniel Lima Azevedo é médico geriatra e presidente da Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia (SBGG) – seção Rio de Janeiro



O Brasil é um país onde não faltam leis. O Estatuto do Idoso (Lei n.º 10.741/2003) é exemplar, mas não há seriedade para aplicá-lo. Hoje existem cerca de 31 milhões de pessoas idosas no Brasil. Quem tem 30 anos em 2020 vai estar, em 2050, entre aqueles com mais de 60 anos e será parte das 67 milhões de pessoas para quem se está querendo preparar um curso de vida melhor.

O geriatra Daniel Azevedo trouxe à tona a situação das pessoas com declínio cognitivo durante a pandemia. Daí vem o questionamento sobre de que forma elas vão entender que de repente a vida mudou. Como entender que o filho que abraçava e beijava sua mãe deixa de fazê-lo? Como entender que a vida mudou sem ninguém a ter preparado e dado um aviso prévio? Essas pessoas sofrem muito. Sofrem também as pessoas que delas cuidam e têm menos apoio ainda. São heroínas cuidando dos idosos em um trabalho terceirizado pela classe média que tem a possibilidade de terceirizar esse cuidado.

Há o caso que ocorreu na Espanha, em que mulheres latino-americanas perderam o emprego informal de cuidado de uma pessoa idosa que faleceu, por alguma razão, seja pela covid-19 ou não. Essas mulheres ficaram, então, totalmente desprotegidas. Algumas delas voltaram para o Equador e, em Guayaquil, foram a porta de entrada do vírus por falta de uma política que pudesse mantê-las com dignidade nos países onde estavam trabalhando. Elas contaminaram involuntariamente pais e avós e muitos morreram. Uma perversidade.

“ *O que não pode ser medido é invisível. O que é invisível deixa todos perdidos (...).
Vive-se no Brasil uma situação distópica que não precisava existir.* ”

“ *As pessoas com demência sofrem muito. Sofrem também as pessoas que delas cuidam e têm ainda menos apoio. São heroínas cuidando dos idosos em um trabalho terceirizado pela classe média.* ”

É para esse normal que se quer voltar?

O terceiro capítulo fala exatamente sobre o que se espera do pós-pandemia. Ninguém tem bola de cristal. A pandemia pode se transformar numa condição que se prolonga, passa a acontecer de forma endêmica em alguns países. Além disso, não se sabe bem quem tem resposta imunológica ou não e nem por quanto tempo ela dura. Há, ao menos, a esperança por uma vacina que tenha efeito seguro de imunização. Fazemos um esforço. então. para refletir sobre as implicações para a economia, para o dia a dia de um mundo que não vai voltar a ser como antes.

Esse capítulo tem a característica de ser intergeracional ao reunir especialistas jovens e mais velhos, cada um contribuindo com a própria expertise sobre o tema que trataram. Todos trazem palavras de sapiência e muito conhecimento. Por isso, são tão importantes as políticas baseadas em evidências. Aquilo que não pode ser medido é invisível. Aquilo que é invisível deixa todos perdidos e vai se criando uma distopia.

Vive-se no Brasil uma situação distópica que não precisava existir. Outros países, como o Paraguai, com toda sua situação de pobreza, comprimido entre Argentina e Brasil, lida muito melhor com a pandemia do que o Brasil. Talvez porque o Paraguai tenha observado mais a ciência e a importância dos dados sobre a situação da covid-19 no país. É preciso refletir sobre isso.

Saiba mais

Estatuto do Idoso (Lei n.º 10.741/2003)

É a lei federal vigente desde janeiro de 2004 que amplia direitos já previstos na Lei n.º 8.842/1994 e na Constituição Federal de 1988. Possui 118 artigos que abordam aspectos relativos ao transporte, passando pelos direitos à liberdade, à respeitabilidade e à vida. Também especifica as funções das entidades de atendimento à categoria, discorre sobre questões de educação, cultura, esporte e lazer, dos direitos à saúde através do SUS, da garantia ao alimento, da profissionalização e do trabalho, da previdência social, dos crimes contra idosos e da habitação, tanto em ações por parte do Estado, como da sociedade.



Fonte: SBGG
<https://sbgg.org.br/o-que-e-o-estatuto-do-idoso>

** Alexandre Kalache, autor deste livro, foi curador e moderador da série de webinários Trilhas da Longevidade. É presidente do Centro Internacional da Longevidade no Brasil e representante da Aliança Global dos Centros Internacionais da Longevidade, da qual foi presidente até fevereiro deste ano*

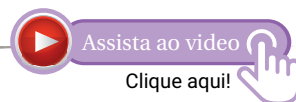
Capítulo 3



TERCEIRO ENCONTRO

O que aprendemos com a pandemia





Depois de acompanhar as realidades – mais ou menos caóticas – de enfrentamento à pandemia da covid-19 em diversos países da região ibero-americana, vem o questionamento: quais lições apreender dessa crise mundial? Este é o mote do terceiro capítulo desta publicação.

Fica a cargo do diretor da Organização dos Estados Ibero-americanos (OEI) no Brasil, Raphael Callou, dar as boas-vindas aos conferencistas responsáveis pelas discussões acerca desse tema, dispostas neste capítulo. Ele destaca a parceria firmada pela OEI, Centro Internacional de Longevidade (ILC) no Brasil, Inteligência Cultural e Unibes Cultural que viabilizou a realização da série de webinários Trilhas da Longevidade e originou este livro.

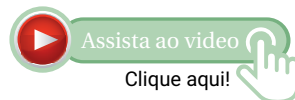
Callou enaltece as contribuições dos 22 especialistas para o debate sobre a covid-19, que abordam questões particulares, ao mesmo tempo similares, vivenciadas em países como Argentina, Brasil, Chile, Espanha, México, Portugal e Uruguai.

O momento da pandemia, segundo o diretor da OEI no Brasil, “é bastante único e singular e traz uma necessidade constante de reflexão e análise da situação”, estimuladas pela Organização. “A OEI, desde o primeiro momento em que a pandemia foi decretada, atua no sentido de contribuir para a difusão das informações daquilo que tem sido realizado no âmbito dos países, de forma a dirimir os efeitos da pandemia”, demonstra.

Para isso, Callou exemplifica que a OEI tem elaborado e se associado a iniciativas que promovam a discussão com foco nas políticas públicas e nas ações baseadas em evidências dentro das áreas da educação, cultura e ciência e tecnologia, contribuindo, portanto, para a superação da grande crise advinda com a covid-19. De forma breve, ele, então, introduz a manifestação do secretário-geral da OEI, Mariano Jabonero, o primeiro a abordar o tema da longevidade em meio ao cenário da pandemia e os possíveis aprendizados a serem extraídos.

“ *A OEI atua no sentido de contribuir para a difusão das informações dos países, de forma a dirimir os efeitos da pandemia.* ”

* Raphael Callou é diretor e representante da Organização dos Estados Ibero-americanos (OEI) no Brasil



Covid-19 e as fragilidades estruturais de uma “normalidade” excludente

“O que se pode apreender é que a pandemia exacerbou inúmeras e grandes deficiências em políticas sociais, de educação, saúde e proteção à infância.” Essa avaliação do secretário-geral da Organização do Estados Ibero-americanos (OEI), Mariano Jabonero, inicia uma série de reflexões que compõem o terceiro capítulo deste livro, sobre o que se pode aprender com a pandemia.

Jabonero elenca as fragilidades estruturais realçadas pela covid-19. Ele expõe que a pandemia levou 180 milhões de crianças e jovens a deixarem as escolas, fechadas devido às medidas de isolamento, o que evidenciou o fosso digital na América Latina. “Em reunião com ministros da educação de vários países latino-americanos, presumimos que a realização de aulas online seria uma alternativa para suprir a falta de aulas presenciais. Essa foi uma presunção falsa visto que mais de 50% dos domicílios não têm conexão com a internet”, analisa.

No aspecto educacional, ele ressalta que o quarto tópico dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável estabelecidos pela Organização das Nações Unidas

Saiba mais

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU



Conjunto de 17 objetivos firmados para orientar, a nível global, a elaboração de políticas públicas e atividades de cooperação internacional alinhadas à Agenda 2030. Envolve temas diversas como erradicação da pobreza, segurança alimentar, saúde, educação, igualdade de gênero, água e saneamento, energia, crescimento econômico sustentável, mudanças climáticas, sociedades pacíficas, justas e inclusivas.



Fontes: ONU Brasil (<https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>) e Ministério das Relações Exteriores (<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/politica-externa/desenvolvimento-sustentavel-e-meio-ambiente/134-objetivos-de-desenvolvimento-sustentavel-ods>)

(ONU) prevê assegurar educação de qualidade para todos. Ele destaca que, para atingi-la, é preciso democratizar o acesso à internet e ampliar a conectividade, visto que o aprendizado não se restringe ao ambiente escolar formal.

Outro ponto de fragilidade das políticas sociais, segundo aponta o secretário-geral, é a falta de medidas preventivas e de cuidados com a população idosa, impactada pela pandemia com as maiores taxas de mortalidade provocada pelo novo coronavírus.

Ao refletir sobre o que deve ser mudado com urgência, Jabonero destaca que não se pode pensar em “retorno a uma “normalidade”, que é desigual e excludente, e sim partir para a construção de uma realidade cultural, educativa e científica totalmente diferente.

Ele cita o filósofo Michel Foucault para argumentar que o estado de normalidade é uma construção social, feita com critérios que excluem aqueles que “desviam” do que se estabelece como “normalidade”. É preciso, portanto, transformar esses critérios.

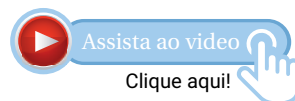
“Não podemos pensar em uma ‘normalidade’ que vai continuar reproduzindo carências, desigualdades. O futuro vai exigir uma nova situação cotidiana, distinta da realidade

anterior à pandemia, que perpetua desigualdades e pobreza”, propõe.

Para chegar a esse novo estado de coisas, ele reforça a importância da união de povos em diferentes nações como parte de um esforço de fortalecimento das relações multilaterais. “Ou saímos dessa pandemia juntos ou não saímos. É um trabalho multilateral e fundamental. Estamos comprovando que trabalhar juntos é eficaz e eficiente”, conclama.

“O futuro vai exigir uma nova situação cotidiana, distinta da realidade anterior à pandemia, que perpetua desigualdades e pobreza.”

* Mariano Jabonero é secretário-geral da Organização do Estados Ibero-americanos (OEI)



Lições da covid-19: uma revisão dos modos de viver

A pandemia da covid-19 é o marco inaugural e lamentável do século XXI, afirma o professor emérito da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), Paulo Marchiori Buss. A maior crise de saúde mundial dos últimos 100 anos traz inúmeros aprendizados, sejam eles voltados para o sistema de saúde, para as condições sociais ou para o estilo de vida da humanidade.


Segundo Buss, a pandemia é heterogênea, mas tem uma unidade ao mostrar “de forma cruel a desigualdade reinante e revelar os invisíveis da nossa sociedade, principalmente na América Latina e na África”. Buss discorre sobre pesquisas da Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL) da Organização das Nações Unidas (ONU), as quais mostram que a pandemia afeta de maneira desproporcional as pessoas pobres, as extremamente pobres, os negros, os indígenas e os migrantes.

“Estudos feitos em 5.600 cidades do Brasil mostram que as cidades que têm vulnerabilidade social mais elevada, medida pelo índice de Gini, são exatamente as cidades mais afetadas pelo coronavírus”, expõe.

Além de evidenciar as desigualdades sociais, o membro titular da Academia Nacional de Medicina (ANM) alerta para o aumento dessas condições e o crescimento do número de pessoas em situação de pobreza e de extrema pobreza. Há estimativas que preveem acréscimo de mais 30 milhões de pessoas na pobreza e mais 16 milhões na extrema pobreza. “Isso não é

Saiba mais

Índice de GINI



Mede o grau de concentração de renda em um determinado grupo populacional. Varia de zero a um, em que zero representa a situação de absoluta igualdade de renda. Quanto mais próximo de um, maior a desigualdade. Foi criado pelo matemático italiano Conrado Gini. Segundo a Fundação Getúlio Vargas (FGV), o índice brasileiro é 0,6276 (dados de 2019).

Fontes: IPEA e FGV



https://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&id=2048:catid=28
<https://cps.fgv.br/destaques/balanco-social-2019-o-brasil-chegou-ao-topo-da-desigualdade>

absolutamente algo que possa ser visto apenas pela questão dos números. Por trás desses números existem pessoas, famílias, em que as condições de vida pioraram brutalmente, a nutrição piorou brutalmente”, alarma.

Buss também chama a atenção para os impactos da pandemia sobre os sistemas de saúde. A covid-19, segundo ele, mostra o despreparo de um sistema fragmentado para o qual não há acesso igualitário, decorrente de financiamento inadequado nos últimos anos. “Nossos sistemas de saúde são geograficamente centralizados nas capitais e regiões metropolitanas. À medida que se caminha para o interior, os recursos são menos sofisticados, há menos leitos de tratamento intensivo e profissionais capacitados disponíveis”, diagnostica.

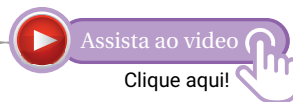
Ele observa que os países onde se percebe descoordenação entre as mensagens dos entes federais, estaduais e municipais apresentam cenários mais críticos na pandemia. É o caso do Brasil, segundo ele. “Sistemas de saúde desconectados entre si facilitam a propagação do vírus, pioram as condições de confronto ao contágio e do atendimento para aquelas pessoas que lamentavelmente ficam em estados mais graves com a doença”, argumenta. Ele também critica os casos de corrupção na compra de testes, insumos e equipamentos.

Preparar o sistema de saúde, com especial foco na atenção primária, é outro aprendizado advindo com a covid-19 que precisa ser levado em conta, principalmente porque outras pandemias virão. “Nosso modelo de desenvolvimento é fundamentalmente predatório ao meio ambiente, aos recursos naturais”, critica.

Buss conclama por uma revisão do esquema de agronegócio que derruba florestas e afeta o equilíbrio ecológico. Esse estilo de vida predatório expõe a humanidade a vírus presentes na fauna e na flora dos ecossistemas destruídos. Para isso, ele propõe que os ajustes a serem feitos precisam estar fortemente alinhados à Agenda 2030 e aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável da ONU. Também reforça que os países devem tratar esse compromisso global para além da retórica, realmente colocando-os em prática.

“Se voltarmos ao normal que vivíamos, nós podemos esperar que a natureza nos dará uma resposta muito dura. Será o cataclisma das mudanças climáticas. E não haverá solução científica capaz de revertê-las se a sociedade deixar a questão ambiental chegar ao ponto de não retorno”, alerta.

** Paulo Marchiori Buss é médico, professor emérito da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) e membro titular da Academia Nacional de Medicina (ANM). Foi presidente e coordenador do Centro de Relações Internacionais em Saúde (Cris) da Fiocruz e diretor da Escola Nacional de Saúde Pública (ENSP)*



A indispensável mudança do paradigma de proteção social da pessoa idosa

Os modelos de proteção social e de atenção às pessoas idosas, estejam elas morando em suas próprias casas ou em instituições, estão ultrapassados. E a pandemia da covid-19 deixa isso mais evidente quando expõe as grandes vulnerabilidades e o efeito devastador do novo coronavírus nas residências, aponta a gerontóloga e especialista em serviços sociais, Pilar Rodríguez.

Ela demonstra a necessidade de se repensar o modelo institucional clássico, saindo de uma perspectiva que favorece a perda da autonomia, do controle da própria vida, do isolamento, da perda de personalidade e da degeneração de direitos humanos para alternativas centradas na pessoa e nas demandas apresentadas por ela. “Precisamos sair de um paradigma das necessidades definidas por especialistas para um paradigma da valorização dos direitos”, defende.

Ela corrobora o argumento com a pesquisa desenvolvida pela Fundação Pilares, da qual é fundadora e presidente, na Espanha, que busca identificar quais direitos são infringidos de maneira cotidiana nas residências para idosos que seguem o modelo tradicional. Como resultado, viu-se que são descumpridos rotineiramente os direitos à liberdade, à autonomia, à intimidade, à imagem, à honra.

A fundação trabalha para elaborar guias de orientação para evitar que isso ocorra, além de buscar, junto às instituições, transformar esse modelo. “As pessoas querem instituições que não sejam modelos hospitalares e sim modelos de vida, lugares para viver, que estejam próximos a entornos comunitários, de tamanhos pequenos e sejam mais

“*Só com o empenho coletivo e a busca do bem-estar social aparece no horizonte a verdadeira dimensão da esperança. Juntos haveremos de construir um mundo que nos seja mais adequado, sem sofrimentos indignos, sem temor.*”

parecidas a uma casa”, apresenta.

Ela exemplifica que há modelos focados em pequenas unidades de convivência, construídos em torno das atividades da vida cotidiana, que respeitam os direitos e os desejos das pessoas idosas. Ao mesmo tempo, defende que é preciso incluir as famílias à rede local de serviços sociais e sanitários. Outra alternativa são os apartamentos com serviços disponíveis, as chamadas vivendas comunitárias, compartilhadas por idosos e jovens, proporcionando uma relação intergeracional.

Apesar de já existirem esses outros caminhos, ela relata que as políticas sociais ainda insistem nas iniciativas de alojamentos mais caras, ultrapassadas e indesejadas pelos idosos. “Deve-se inverter o foco (das políticas públicas) para serviços de atenção domiciliar, programas de atenção às famílias, e trabalho comunitário de modo a favorecer as pessoas com necessidades de cuidado e garantir que elas permaneçam nas próprias casas”, argumenta.

Rodríguez propõe que essas reflexões aconteçam a partir de um compromisso social que envolva o poder público – no desenvolvimento de políticas públicas – e a sociedade

“*Deve-se inverter o foco (das políticas públicas) para serviços de atenção domiciliar, programas de atenção às famílias, e trabalho comunitário de modo a favorecer as pessoas com necessidades de cuidado e garantir que elas permaneçam nas próprias casas.*”

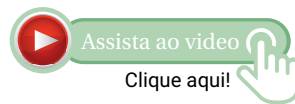
como um todo, elemento importante desse pacto para superar o idadismo, que é uma forma clara de discriminação contra as pessoas idosas e representa entrave para a elaboração de modelos de cuidado mais inclusivos.

Da mesma forma, ela sustenta que a defesa da atenção integral e centrada na pessoa é uma proposta para melhorar as vivências da longevidade e da velhice, além de consolidar o bem-estar como objetivo social.

“Só com o empenho coletivo e a busca do bem-estar social aparece no horizonte a verdadeira dimensão da esperança. Juntos haveremos de construir um mundo que nos seja mais adequado, sem sofrimentos indignos, sem temor”, finaliza.

* Pilar Rodríguez é gerontóloga e especialista em serviços sociais, presidente e fundadora da Fundação Pilares, na Espanha

Pandemia e as faces da intolerância



“As piores epidemias não são as biológicas, são as morais”, afirma o presidente da Associação Internacional de Gerontologia e Geriatria de Buenos Aires (Argentina), José Ricardo Jauregui. Ele apresenta relatos de intolerância, discriminação a profissionais de saúde e a idosos na Argentina que demonstram essa terrível face mais exposta na pandemia da covid-19.

Como exemplo, ele expõe um lastimável episódio de intolerância ocorrido na Argentina no qual vizinhos atearam fogo a casa de um enfermeiro que se infectou com a covid-19 enquanto atuava no atendimento a outras pessoas com a doença.

Em uma perspectiva geral, Jauregui demonstra que a pandemia da covid-19 na Argentina afeta a população idosa com maior intensidade: em média, 80% dos infectados pela possuem mais de 65 anos e a idade média dos que faleceram é de 75 anos. Ele pontua que os impactos sociais em decorrência das medidas de isolamento também são maiores sobre as pessoas idosas.

Ao abordar os aprendizados que a pandemia traz, Jauregui destaca aspectos constantes em muitos países como a maior mortalidade de homens, de pessoas com sobrepeso, obesidade e diabetes. “Percebemos também que os nossos sistemas de saúde estão fragmentados e nos demos conta de que não estavam preparados para semelhante contingência”, reconhece.

Além disso, o idadismo que se vê na mídia, ao propagar comentários que minimizam as mortes e estigmatizam as residências para idosos, é uma “falta absoluta de educação gerontológica”, critica Jauregui. Ele cita posturas de veículos de comu-

“*Idosos têm muito para contribuir à sociedade. Estão nos mostrando que querem ser respeitados e ouvidos, pois eles mesmos estão discutindo seus direitos quando são proibidos de sair de suas casas.*”

nicação que “estão jogando a culpa para lugares que não correspondem à realidade” e comentários do gênero: “menos mal que só morrem os velhos”. Por conta disso, ele relata que a Sociedade Argentina de Geriatria viu a necessidade e realizou um trabalho sobre as maneiras adequadas de se comunicar ao se referir aos idosos.

Ainda sobre a questão das residências para idosos, ele reforça a realidade latino-americana de despreparo das instituições, locais onde estão pessoas vulneráveis, sem autonomia, muitas com declínio cognitivo em graus moderados e avançados, com muitas incapacidades e necessidades de cuidados.

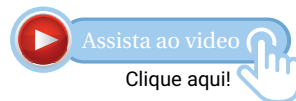
Apesar dos aspectos negativos, ele ressalta uma pesquisa da Universidade de Buenos Aires que mostra as pessoas idosas como exemplos de resiliência, mais dispostas que os jovens a permanecerem em casa, apesar da conseqüente solidão, a seguirem as regras impostas e as medidas de distanciamento para frear o contágio pelo novo coronavírus.

“*Falta mais comunicação e educação gerontológica à sociedade. Os temas ligados à pessoa idosa devem ser postos sobre a mesa, tornados mais claros e discutidos.*”

Isso, para Jauregui, demonstra a necessidade de se ouvir mais o que os idosos têm a dizer e colocar em prática o que apresentarem. “Estamos cansados de escutar discursos bonitos que na realidade não ocorrem. Os idosos têm muito para dar à sociedade, estão nos mostrando que querem ser respeitados, eles mesmos discutindo por seus direitos”, conclama

Igual relevância têm os temas referentes a esta população em particular. “Tenho a sensação que falta mais comunicação e educação gerontológica à sociedade”, enfatiza. Como forma de superar essa carência, ele apoia e propõe a ampliação do debate sobre temas ligados à pessoa idosa e reforça que “deve ser algo mais claro, posto sobre a mesa e discutido”, aos moldes do webinar homônimo a esta publicação.

* José Ricardo Jauregui é presidente da Associação Internacional de Gerontologia e Geriatria de Buenos Aires



Transformações conjunturais para o mundo envelhecido

Em 2050, estima-se que o mundo terá 2 bilhões de pessoas idosas. Uma transformação demográfica dessa magnitude exige mudanças sociais, políticas e culturais. A professora de gerontologia da Pontifícia Universidade Católica (PUC) de Santiago do Chile e ex-relatora das Nações Unidas (ONU) para Direitos das Pessoas Idosas, Rosita Kornfeld Matte, elenca alguns desses elementos que precisam ser objeto de modificação.

Superar a invisibilidade das pessoas idosas e o idadismo são as primeiras questões. Matte expressa que a defesa dos direitos das pessoas idosas tem sido evidente há muito tempo para os especialistas – geriatras e gerontólogos – que lidam diretamente. No entanto, são invisíveis para Estados e governos, entes responsáveis pelo desenvolvimento de políticas públicas.

O idadismo também ganha realce com a covid-19 e tem sido constatado na perda de autonomia dos idosos. Ela defende que as pessoas velhas precisam ser ouvidas como sujeitos protagonistas que são e terem suas demandas consideradas para que o cenário de vulnerabilidades, tão em evidência na pandemia, comece a mudar.

Como efeitos psicológicos da pandemia, ela elenca a solidão e o desamparo e defende a necessidade de se encontrar formas seguras de oferecer contato social aos idosos sem prejuízo do distanciamento, por meio da tecnologia e das mídias digitais. O processo de inclusão dos idosos também requer a construção de uma base de dados mais precisa sobre este grupo etário de modo a embasar políticas públicas. “Sem uma base de dados não se consegue tomar decisões políticas, sociais, econô-

2 bilhões

É o número de pessoas idosas que haverá no mundo em 2050, segundo projeções da ONU. Isso significa um quinto da população mundial

micas ou sanitárias”, considera.

A professora também chama a atenção para a falta de investimentos em uma boa atenção sanitária, de prevenção e de cuidados aos idosos. “É preciso adotar mudanças substanciais no modo de planejar os serviços de atenção e cuidado das pessoas idosas. As comunidades e as gerações devem se unir para superar essa crise de maneira solidária”, instiga.

Outro ponto: as políticas econômicas, sociais, sanitárias e humanitárias no “pós-covid-19” devem levar em conta as necessidades das pessoas idosas, ainda mais quando as previsões apontam para uma população mundial cada vez mais longeva. Trabalhar fortemente em educação e em tecnologia, projetando cidades amigáveis e acessíveis aos idosos, é algo a se levar em conta ao se planejar esse futuro.

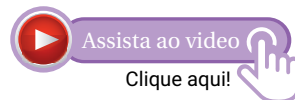
Uma nova realidade também precisa considerar proteções legislativas e punições mais severas às práticas de maus tratos e abusos contra as pessoas idosas. A professora enfatiza os abusos financeiros e o abandono como práticas recorrentes e intensificadas dentro do contexto de crise da pandemia.

“ *A falta de um instrumento jurídico internacional (...) para promover os direitos e a dignidade das pessoas idosas tem consequências práticas importantes, em especial para aquelas em situação de emergência.* ”

Matte considera, por fim, que o momento pede a organização de uma convenção internacional dos direitos humanos para as pessoas idosas. “A falta de um instrumento jurídico internacional completo e integrado para promover os direitos e a dignidade das pessoas idosas tem consequências práticas

importantes, em especial para aquelas em situação de emergência. Todos temos que olhar adiante para uma perspectiva futura”, frisa.

* Rosita Kornfeld Matte é professora de Gerontologia da Pontifícia Universidade Católica (PUC) de Santiago do Chile; foi Relatora da Organização das Nações Unidas (ONU) para Direitos das Pessoas Idosas



Sobre a necessidade de humanização da longevidade

Uma sociedade que atingiu certo grau de desenvolvimento material, mas esquece algo fundamental – as pessoas. Por conta disso, padece, e os mais vulneráveis socialmente padecem de forma mais intensa. A partir dessa perspectiva, Blanca Fernández-Capel, diretora da Escola Andaluza de Saúde Pública na Espanha, compila as reflexões sobre o que a pandemia da covid-19 coloca em evidência e os percalços para transpor esse desafio de reconstrução.

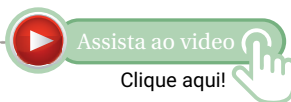
Com um entendimento de que as pessoas precisam ser mais valorizadas, ela reforça que vê “com muita dor” como a longevidade é castigada de diversas formas: pelas debilidades, pela maior mortalidade com a covid-19, por formas de vida que não a respeitam e por uma solidão não desejada. Isso tem sido mais evidente onde há mais desigualdades socioeconômica e ambiental, a exemplo de nações na América Latina e na África, nas quais não são desenvolvidas iniciativas governamentais que mitiguem essa situação de vulnerabilidade nem há visibilidade suficiente na mídia que chame mais atenção para esse cenário.

Capel destaca o sofrimento das pessoas idosas nesses países, principalmente os idosos residentes em instituições nas quais persiste um modelo tradicional de cuidados que não abarca as necessidades dessa população. Ela salienta que o sistema de proteção social tem de mudar e ser reconstruído a partir de uma perspectiva mais inclusiva, ou seja, pressupõe a mudança para um modo de vida mais ético e humano.

“Os comportamentos sociais não podem ser apenas observados do ponto de vista econômico”, reafirma. A sociedade, frisa Capel, precisa olhar para as pessoas velhas no mundo e se engajar para exigir das autoridades não apenas “ajuda, mas também respeito e consideração”.

“Nós, idosos, merecemos não só carinho de nossa família, mas também viver com esperança e ter a compreensão de que somos úteis, decisivos e uma força imparável”, conclama. Com uma mensagem motivadora, Capel conclui sublinhando que “esperança e força” impulsionam a luta pela valorização e dá à população idosa “o convencimento da nossa dignidade e dos nossos direitos”.

* Blanca Fernández-Capel é diretora da Escola Andaluza de Saúde Pública na Espanha



Nós, pessoas idosas, somos parte da solução e somos indispensáveis para a reconstrução depois de uma crise. E a crise da covid-19 é muito mais que uma crise sanitária. Voltar ao normal é impossível, porque esse “normal”, que foi tão bem descrito neste capítulo, é o problema, e por isso estamos enfrentando essa situação tão dramática na península ibérica e no continente latino-americano.

Lembrando que em outras partes do mundo não sabemos como está a situação, como na África, por falta de registros. Também cabe ressaltar que não há comparação entre o que a Nova Zelândia e a Alemanha fizeram e a catástrofe nos Estados Unidos da América, face toda a sua desigualdade e falta de um sistema uni-

versal de saúde. É isso que está matando as pessoas e o governo do país mais rico está permitindo essas mortes em meio a um negacionismo que também caracteriza a resposta na nossa América Latina de forma tão brutal.

Uma palavra muito marcante ao longo deste capítulo é desigualdade, escancarada na pandemia. Aquilo que não queríamos ver, que era mais cômodo deixar de ver, aquilo que a covid-19 não forjou, mas sempre esteve presente. Será grande o desafio de reconstruir um país como o Brasil, em que 50% da população não tem esgoto sanitário.

Tal situação já era de conhecimento, o que fez falta foram políticas mais solidárias, mais humanizadas, que permitiram que chegássemos a isso.

Outras palavras que podem ser destacadas são solidariedade e esperança. Quem sabe, por causa da covid-19, nós possamos viver um mundo em que empatia e solidariedade se expressem? Não como o caso de intolerância e violência descrito na Argentina. Como é possível ainda vivermos em um mundo tão desumanizado? Ou com corrupção maciça no Brasil. Como é possível que as pessoas possam se aproveitar da pandemia – governantes, líderes, autoridades – para roubar recursos,

“ Voltar ao normal é impossível, porque ele é o problema e por isso estamos enfrentando essa situação tão dramática na península ibérica e no continente latino-americano. ”

construir hospitais-fantasma, vender equipamentos, não proteger as equipes que estão trabalhando e isso por puro interesse, o mais mesquinho possível? Isso faz parte daquele normal que nós queremos que passe para trás.

Falou-se muito também em educação e não poderia concordar mais. Falta letramento científico dos governantes, falta letramento da saúde. Quantas pessoas não têm a capacidade de compreender questões de saúde, não por culpa, mas por não terem mínimo de discernimento em relação à saúde? Falta também letramento sobre o processo de envelhecimento, visto que estamos indo para um caminho com 2 bilhões de pessoas com mais de 60 anos, daqui a pouco em 2050.

Mais uma questão em evidência é o modelo de cuidado residencial que já não serve. É um sistema desumano de instituições, que nós todos esperamos nunca chegar lá. É preciso humanizar e esta é uma palavra muito patente porque vive-se não somente uma pandemia na saúde, mas uma pandemia do idadismo, do preconceito, do maltrato, do abuso, da solidão.

Mariano Jabonero e Paulo Buss deixaram muito patentes dois pontos fundamentais. Os sistemas multinacionais e multilaterais estão enfraquecidos. Não podemos sair da pandemia da covid-19 e de outras que provavelmente irão vir no futuro com a Organização Mundial de Saúde (OMS) sob ataque, com a Organização Panamericana da Saúde à beira da insolvência, com as instituições globais que nos protegem cada vez mais atacadas por uma atitude mesquinha de governantes de países poderosos que não percebem que é protegendo-as que nós poderíamos estar protegidos. Por isso a esperança de que iniciativas multilaterais possam cimentar essa solidariedade internacional.

Cumpra a todos observar, estudar e defender em todos os processos a Agenda 2030 e os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável da Organização das Nações Unidas (ONU). Precisamos fazer com que a sociedade civil esteja sempre com a voz

“ É preciso humanizar e esta é uma palavra muito patente porque vive-se não somente uma pandemia (na saúde), mas uma pandemia do idadismo, do preconceito, do maltrato, do abuso, da solidão. ”

presente. Nada para nós sem nós. Por isso, conclamo novamente esse enfoque indispensável de termos uma convenção da ONU para os direitos das pessoas idosas. Afinal, existem convenções específicas para todos os grupos chamados vulneráveis: crianças, imigrantes, mulheres, povos indígenas.

O único grupo que ainda não tem uma convenção específica para zelar pelos próprios direitos é exatamente o grupo que mais cresce no mundo: o das pessoas idosas. Acontecem muitas infrações aos nossos direitos, que são muito específicos, e as outras convenções não cobrem.

Que Portugal e Espanha sejam os dois países do mundo desenvolvido que deem apoio à nossa voz, dos países em desenvolvimento. Cansamos de ir a reuniões em Nova Iorque e Genebra clamando pela necessidade de termos uma conven-

“O único grupo que ainda não tem uma convenção (internacional) específica para zelar pelos próprios direitos é exatamente o grupo que mais cresce no mundo: o das pessoas idosas. Acontecem muitas infrações aos nossos direitos, que são muito específicos, e as outras convenções não cobrem. ”

ção de direitos humanos das pessoas idosas e os países desenvolvidos rechaçam a ideia alegando não haver necessidade porque já existem leis. Se o mundo desenvolvido já as tem, primeiro que as apliquem, porque muitas infrações estão sendo cometidas, como a covid-19 mostrou.

Segundo, sejam solidários com a voz dos países em desenvolvimento, os que mais rapidamente estão envelhecendo, para que possamos ter essa convenção. Nós estamos precisando desesperadamente

da voz dos países ricos para que nos deem apoio nessa pauta porque, até agora, o que houve foi uma frente única se opondo a este clamor dos países em desenvolvimento.

* Alexandre Kalache, autor deste livro, foi curador e moderador da série de webinários Trilhas da Longevidade. É presidente do Centro Internacional da Longevidade no Brasil e representante da Aliança Global dos Centros Internacionais da Longevidade, da qual foi presidente até fevereiro deste ano

“ As palestras reunidas nesta publicação mostram o caminho para um envelhecimento planejado e podem contribuir para o alcance de uma vida melhor para as gerações futuras. As ricas apresentações dos especialistas de diferentes países ibero-americanos deram a tônica da troca de conhecimento, proporcionando o compartilhamento de estudos em profundidade. ”

Raphael Callou

Diretor e chefe da representação da Organização dos Estados Ibero-americanos (OEI) no Brasil

“ A pandemia serve como um alerta para pôr fim às formas de tratamento desumanizadas e aos comportamentos individualistas. É preciso mudar e construir um novo ‘normal’, mais solidário, com mais empatia e cuidado. ”

Alexandre Kalache

Presidente do Centro Internacional da Longevidade (ILC) no Brasil, autor deste livro e foi curador e moderador da série de webinários Trilhas da Longevidade

“ O crescimento exponencial (do número de idosos) demanda políticas públicas focalizadas por parte do governo e conhecimento apurado da sociedade para que nossas idosas e idosos sejam respeitados e tenham seus direitos garantidos. Nesse contexto, é fundamental termos à mão ferramentas que nos possibilitem difundir valiosas informações e conhecimento, como esta publicação. ”

Floriano Pesaro

Sociólogo, ex-secretário estadual de Desenvolvimento Social de São Paulo, ex-deputado federal e escritor da série de livros Trilhas da Longevidade da Inteligência Educacional

“ Este livro, que aborda a pessoa idosa no contexto da maior crise sanitária do século, deixa claro que é urgente a necessidade de se olhar para o idoso. É imprescindível que o Poder Público considere o envelhecimento da população brasileira e se prepare, com estudo e planejamento, para que a nação envelheça de forma saudável e respeitosa. ”

Millena Araújo

Diretora da Inteligência Educacional e idealizadora deste livro



Realização:



Unibes Cultural

